



Correios de Cabo Verde, SA

Relatório & Contas 2018

Junho 2018



INDICE

Órgãos Sociais.....	3
Direções e Rede Comercial.....	4
Mensagem do Presidente.....	6
1. Enquadramento Macroeconómico.....	8
2. Enquadramento Setorial.....	9
3. Negócios dos CCV.....	11
3.1 Correio	11
3.2 EMS	13
3.3 ENCOMENDAS	13
3.4 FILATELIA.....	14
3.4.1 Performance dos Serviços Postais	14
3.5 Serviços Financeiros	14
3.5.1 Serviços Financeiros Internacionais.....	14
3.5.2 Serviços Financeiros Nacionais – Vales Eletrónicos	18
3.6 Prestação de Serviços a Terceiros.....	18
3.7 Outras Atividades.....	20
3.7.1 Recursos Humanos.....	20
3.7.2 Caracterização dos Efetivos	20
3.7.3 Mobilidade dos Efetivos.....	22
3.7.4 Formação	23
3.7.5 Benefícios Sociais.....	23
3.8 Recursos Tecnológicos.....	23
3.9 Qualidade e Controlo Interno	24
3.10 Património Físico	24
4. Perspetivas Futuras	24
5. Análise Económica e Financeira.....	26
Resultados	27
5.1 Situação Financeira e Patrimonial	32
6. Agradecimentos	35
7. Proposta de Aplicação de Resultados.....	35
Anexos.....	40
INFORMAÇÃO GERAL.....	40

**Órgãos Sociais****Assembleia-geral:**

Presidente: Indira Tatiana Rosa do Santos

Secretário: Emiliano Lopes Delgado

Conselho de Administração:

Presidente: Engº Isidoro Mendes Gomes

Administrador Executivo: Dr. Cipriano Semedo Soares de Carvalho;

Administrador Não Executivo: Dr. Almiro Leónidas Almeida Rocha.

Fiscal Único:

PricewaterhouseCoopers&Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Dr. Carlos Sim Sim Maia



Direções e Rede Comercial

Direções:

1. Direção de Recursos Humanos & Administração: Liliana Barros
2. Direção Operacional & Logística: Mário Carvalho
3. Direção de Sistemas & Tecnologias: Flávio Semedo
4. Direção Comercial & Marketing: Helder Cardoso
5. Direção Financeira: Celestino Moreira

Rede Comercial

1. Plateau: Eneida Fernandes Lima
2. Fazenda: Maria Augusta Amado
3. Achada Santo António: Carlos Brito
4. S. Domingos: Luís Artur
5. Órgãos: Eunice Santos
6. Picos: Luís Boaventura S. Pina
7. Assomada: Luís Boaventura S. Pina
8. Achada Falcão: Luís Boaventura S. Pina
9. Tarrafal de Santiago: João Francisco Vaz
10. Calheta de S. Miguel: Maurício Fernandes
11. Pedra Badejo: Janice Gonçalves
12. Cidade Velha: António Pedro Borges
13. Maio: Arlindo Santos
14. Sal Rei: Óscar Nascimento
15. João Galego: Óscar Nascimento
16. Mindelo: Júlio Andrade
17. R. Bote: Júlio Andrade
18. Monte Sossego: Júlio Andrade
19. Porto Novo: Francisco Xavier
20. Paul: Carla Honorina
21. Ponta do Sol: Nelsa Dias
22. Ribeira Grande: Silvéria Morais
23. Cuculi: Silvéria Morais
24. Tarrafal S. Nicolau: Vanusa vieira
25. Ribeira Brava: Emanuela Araújo
26. Espargos: José Ramalho
27. Santa Maria: Dionisângela Rodrigues
28. S Filipe: António Nilton Pires
29. Cova Figueira: António Nilton Pires
30. Mosteiros: António Nilton Pires
31. Nova Sintra: Boaventura Vicente

4



Senhor Acionista,

Nos termos legais e estatutários vem o Conselho de Administração dos CCV, SA (CCV), submeter ao Senhor Acionista o seu Relatório e Contas relativo ao exercício de 2018.

O Conselho de Administração,

Eng. Isidoro Gomes – Presidente do Conselho de Administração

Dr. Cipriano Carvalho – Administrador Executivo

Eng. Almiro Rocha – Administrador Não-Executivo


5




Mensagem do Presidente

Exmo. Sr. Acionista,

O cenário complexo determinou, e ainda determina, muito planeamento, investimento e imaginação dos Correios de Cabo Verde, para cumprir sua missão de prestação de Serviço Postal Universal ao nosso País e ao sistema Universal de que somos parte, isto num ambiente concorrencial e de sucessivas inovações tecnológicas, em todas as dimensões do mundo Digital, obrigando a empresa a repensar o seu modelo de negócio e toda a sua cadeia de serviço e logística.

A diversificação do negócio e a captação de novas oportunidades, sem esquecer parcerias estratégicas e «inteligentes» a nível nacional e internacional, é para nós a única via para compensar a aceleração da queda do tráfego de correio tradicional. Um pouco por todo o mundo, a tendência do setor do Correio tem sido a de apostar fortemente na diversificação do negócio, para áreas adjacentes de atividade que permitam aos operadores postais alavancarem, nos seus ativos únicos, o necessário crescimento e sustentabilidade futura.

Ainda que 40% do volume de negócios dos CCV são provenientes do Setor Postal (Correios), a empresa já vem desenvolvendo novos projetos ligados à logística, nomeadamente, transporte de cargas inter-ilhas, procurando melhorar os seus indicadores de desempenho económico-financeiro.

O ano económico de 2018 foi essencialmente de consolidação da nova estrutura orgânica, reforçou-se o sistema de controlo interno, tomaram-se importantes medidas de racionalização de recursos e contenção de gastos supérfluos, automatização e otimização das estruturas com efeitos visíveis no funcionamento e redução dos gastos administrativos, gastos com pessoal e ganhos de produtividade.

Encerrou-se o programa de reforma antecipada, cujo objetivo era o de diminuir o número de efetivos através de reajustes internos que provoquem mais produtividade e mais eficiência da mão-de-obra existente. Desde o início do programa, em finais de 2014, foram colocados em reforma antecipada 24 colaboradores, dos quais 5 aderiram ao programa no último ano de sua vigência, em 2017.

A situação económico-financeira da empresa em 2018 melhorou significativamente, em detrimento do ano 2017. Analisando os resultados dos anos 2015 a 2017, quando comparados com o ano de 2018, facilmente pode-se observar e vislumbrar de que a empresa vem melhorando de forma incontestável, pois, a empresa registou os seguintes resultados:

6



- ✓ -34,2 mil contos em 2015, -12,4 mil contos em 2016, 4,1 mil contos em 2017 e 11.3 mil contos em 2018; uma evolução positiva, com incremento de mais de 12 vezes, equivalentes, em termos relativos, em cerca de 176 %, entre os dois últimos anos.
- ✓ O total do Ativo não corrente da empresa também registou um aumento de 7,6%, em termos relativos, graças à influência do MEP (reflexo das participações financeiras das empresas participadas).
- ✓ O Resultado líquido do Exercício 2018: 11.326 contos foi devido ao aumento das receitas dos serviços correios a ordem dos 23,47% e reflexo dos resultados das participações financeiras em participadas e redução de custos, sobretudo, nas rubricas de Subcontratos (-3,98%), Fornecimento e Serviços d Terceiros (-4,59%) e Gastos com o Pessoal na ordem de (-5,14%).

A empresa continua registando avultadas dívidas a terceiros: 470 mil contos em 2014; 484 mil contos em 2015; 509 mil contos em 2016; 508 mil contos em 2017 e 450 mil contos em 2018.

Porém, do ponto de vista tecnológico, a empresa continua a registar ausência de um parque informático eficiente, ausência de automatizações e otimização de processos e um modelo de gestão que não beneficia das vantagens tecnológicas para a gestão de topo e intermédia.

É necessário ir mais longe e ajustar a estrutura de custos fixos às necessidades de médio prazo, garantindo, no entanto, elevados padrões de qualidade operacional, cumprindo com as obrigações inerentes ao Serviço Postal Universal, preservando a proximidade à população e assegurando que os CCV se mantêm uma marca de confiança para os Cabo-verdianos.

O desafio de reestruturação dos CCV aos novos tempos irá requerer de todos muita dedicação, esforço, sacrifícios, recursos substanciais e determinação.

O Conselho de Administração agradece o Acionista Estado pela confiança e a todos os colaboradores e parceiros pelo engajamento, esforço, empenho e dedicação em tempos desafiantes.

O Presidente do Conselho de Administração,



Isidoro Mendes Gomes

7



1. Enquadramento Macroeconómico

Em função de uma notável recuperação do comércio internacional, impulsionada pela recuperação do investimento em economias avançadas, pelo vigoroso crescimento ininterrupto das economias emergentes da Ásia, uma notável recuperação das economias emergentes na Europa e sinais de recuperação em vários exportadores de “commodities”, o crescimento global fortaleceu-se em 2018 para atingir os 3,8%, acima do desempenho de 2016 em 0,7pp, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A mesma fonte perspetiva que o crescimento mundial aumentará para 3,9% em 2018, apoiado em condições financeiras favoráveis. As economias avançadas crescerão mais rápido que o potencial de 2017; as economias da área do euro provavelmente reduzirão o excesso de capacidade com o apoio de uma política monetária acomodatória, e a política fiscal expansiva impulsionará a economia dos EUA acima do pleno emprego. O crescimento agregado das economias de mercado emergentes e o desenvolvimento serão mais reforçados; as Economias emergentes na Ásia e na Europa manterão o crescimento vigoroso e exportadores de “commodities” experimentarão uma ligeira recuperação após três anos de fraco desempenho.

O contexto externo favoreceu o crescimento da procura turística e dos influxos de investimento direto estrangeiro, determinou a redução da fatura das importações e beneficiou o poder de compra das famílias, numa conjuntura de redução das remessas dos emigrantes. Não obstante o abrandamento do ritmo de crescimento, o contexto externo manteve-se relativamente favorável.

Em relação às contas externas, segundo os dados disponibilizados pela DGA/MF de Dezembro de 2018, o saldo da balança comercial foi deficitário em 29,6%, derivado da performance das importações de bens que aumentaram em 27,6% e das exportações de bens que diminuíram 2,0%, face ao período homólogo de 2017. Quanto às importações de bens, é de salientar que, relativamente ao período homólogo, os bens de capitais foram mais representativos (24,2%) com impactos esperados positivos no crescimento da economia, enquanto os bens de consumo e bens intermédios diminuíram, respetivamente, 1,0% e 5,7%.

No plano interno, as expectativas de execução dos empreendimentos turísticos financiados com investimento externo iniciados e em fase de arranque, o crescimento mais notável do crédito ao sector privado, a manutenção da tendência de recuperação económica, bem como melhoria das condições do mercado de trabalho e o contínuo aumento da procura turística, sustentam a revisão em alta das projecções de crescimento do PIB para 2018, entre 3 e 4 por cento, num contexto de ligeiro aumento esperado dos preços no consumidor.

As estimativas até então divulgadas indicam que a economia continuará a crescer. De acordo com o INE, o indicador de clima económico manteve a tendência ascendente no 4º Trimestre de 2018,



registando o valor mais alto dos últimos 32 trimestres, o que reforça as estimativas do Governo de crescimento de 4,5% do PIB em 2017.

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), o crescimento da atividade económica situou-se nos 4,9% no primeiro trimestre de 2018 (3,9 % no acumulado do ano).

A nível de preços, em dezembro de 2018, a inflação média anual registou um valor superior em 2,2 pp e situou-se nos -0,8%, comparado com o período homólogo.

Pese embora as perspetivas mais otimistas de curto prazo, num contexto de reduzido espaço orçamental para estimular a expansão da atividade económica, a orientação da política monetária manteve-se acomodatória, conquanto centrada na preservação das reservas externas em níveis adequados às necessidades da economia e ao perfil de risco do país. De acordo com os dados provisórios do BCV, em Novembro de 2017 a Massa Monetária aumentou 4,9% em relação ao período Homólogo.

Face ao mesmo período de 2016, o Crédito à Economia e o Crédito ao Setor Privado, cresceram 5,3% e 4,3%, respetivamente, deixando sinais que apontam para melhores oportunidades de negócios.

Sendo certo que a capacidade fiscal necessária para aumentar a cobrança de impostos de renda leva tempo, é provável que ainda nos próximos anos, no quadro da política fiscal, o IVA e os impostos seletivos sejam os que oferecerão maior potencial para gerar mais receitas fiscais.

Estudos recentes realizados pelo FMI indicam que o potencial de rendimento do IVA em Cabo Verde é de aproximadamente 3% do PIB, e que em todos os países da África Subsaariana, o potencial de renda de impostos seletivos é equivalente a ½pp do PIB. O impacto significativo da política fiscal na redução da desigualdade em Cabo Verde importa da tributação do IVA, a maior parte do seu efeito. Não obstante a sua característica regressiva, o seu impacto global sobre a desigualdade tenderá a ser favorável, sempre que as receitas geradas forem usadas para financiar programas sociais e gastos focados em segmentos de menor renda.

A contribuição dos impostos sobre as propriedades IUP, também, afigurou-se de muito importante no contexto da diversidade de fontes de receita, muito embora com uma contribuição estimada de baixa, à volta de ½pp do PIB, no máximo. Constituíram, para além de seu importante potencial de receita fiscal, um instrumento eficiente de redistribuição.

2. Enquadramento Setorial

O fenómeno das TIC's associado à diminuição drástica do fluxo de comunicação pessoal, através das cartas entre pessoas (atualmente representando um pequeno percentual no fluxo dos objetos



postais), cedeu espaço ao destacado mercado para transporte de mercadorias provenientes do e-commerce, em processo de crescimento exponencial, refletindo o impacto tecnológico sobre o setor e que tem alterado a composição do mercado postal com a redução do volume de correspondências e, concomitantemente, um aumento no volume de pequenas encomendas e serviços expressos.

O setor postal a nível mundial continua sofrendo pelo impacto das novas tecnologias de informação e comunicação, devido ao processo contínuo da globalização e mudanças face ao comportamento dos consumidores e, Cabo Verde não foge à regra da referida mudança.

As tendências dos mercados são de atividades de encomendas e logística, tendo um potencial enorme para repor as receitas perdidas com a diminuição de correspondência, uma vez que são atividades em rede em que podem gerar receitas em grande escala.

Handwritten signature in blue ink, including the number 10.



3. Negócios dos CCV

3.1 Correio

O tráfego total de correio em 2018 observou um crescimento de 52,7% em relação a 2017, justificado em grande parte, pelo aumento do correio internacional recebido, na ordem dos 114,0%. Esse aumento do correio internacional recebido é sobretudo devido ao tráfego do e-commerce que vem tendo um aumento significativo ao longo dos anos. Esse negócio representa uma proporção vantajosa em termos de tráfego comparado aos demais serviços postais, com um tráfego proveniente sobretudo dos países como a China, Singapura, Hong Kong e Malásia.

De realçar ainda, a queda de 2,5% do tráfego do correio nacional e de 0,1% do internacional expedido.

Tráfego Postal			
	(numero de objetos)		
	2017	2018	Δ
Nacional	122.393	119.326	-2,5%
Internacional Expedido	84.017	83.932	-0,1%
Internacional Recebido	182.455	390.422	114,0%
Total Geral	388.865	593.680	52,7%



O correio nacional representou cerca de 20,1% do total geral do tráfego, destacando-se, neste segmento, o correio ordinário com um peso de 55,2%, o registo nacional com 35,2%, do e-commerce com um inexpressivo 0,02%, do EMS e Encomendas nacionais com pesos de 6,4% e 3,2% respetivamente, conforme quadro e gráfico abaixo.



Tráfego Nacional

Correio Nacional	Qde	%
Ordinário Nacional	65 790	55,2%
Registo Nacional	41 944	35,2%
E-Commerce Nacional	20	0,0%
EMS Nacional	7 613	6,4%
Encomenda Nacional	3 819	3,2%
Total	119 186	100,0%

Importancia dos serviços no Tráfego Nacional



No regime internacional, o tráfego expedido e recebido representam 14,1% e 65,8% do total do tráfego, respetivamente, conforme quadros e gráficos abaixo.

Tráfego Internacional Expedida

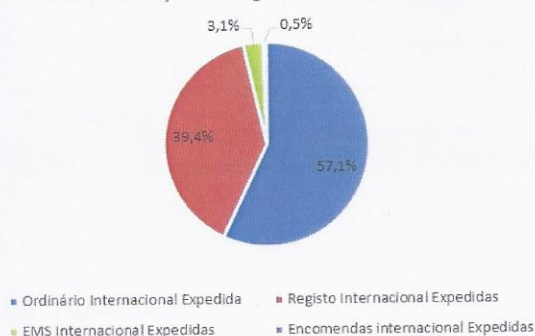
	Qde	%
Ordinário Internacional Expedida	47 890	57,1%
Registo Internacional Expedidas	33 048	39,4%
EMS Internacional Expedidas	2 603	3,1%
Encomendas internacional Expedidas	391	0,5%
Total	83 932	100,0%

Tráfego Internacional Recebida

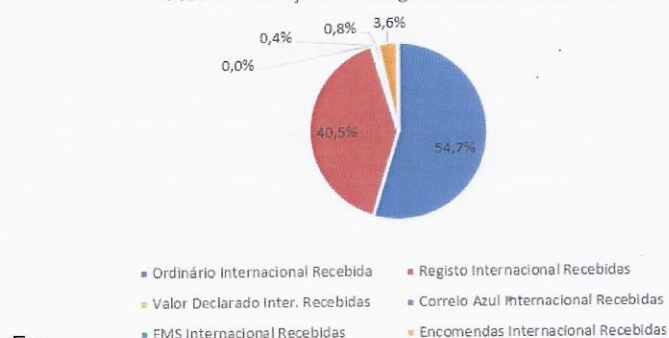
	Qde	%
Ordinário Internacional Recebida	213 653	54,7%
Registo Internacional Recebidas	158 139	40,5%
Valor Declarado Inter. Recebidas	78	0,0%
Correio Azul Internacional Recebidas	1 620	0,4%
EMS Internacional Recebidas	3 003	0,8%
Encomendas Internacional Recebidas	14 069	3,6%
Total	390 562	100,0%



Pesos dos Serviços no Tráfego Internacional Expedido



Peso dos serviços no Tráfego Internacional Recebido



Em

Qualquer um desses segmentos, o correio ordinário é o que tem maior peso (correio ordinário expedido 57,1% e correio ordinário recebido 54,7%), seguido do registo internacional (expedido com 39,4% e recebido com 40,5%). Os demais serviços têm pesos menores, conforme se pode observar no gráfico acima.

Com o aumento do correio internacional recebido, a Empresa beneficiou de um crescimento positivo em 2018, através do aumento das receitas de direitos terminais na ordem do 94,8% em relação a 2017.

3.2 EMS

O tráfego do correio EMS observou uma queda na ordem dos 10,1% face ao ano anterior. Do total do tráfego verificado, 57,6% representou os objetos nacionais e 19,7% e 22,7% representam os objetos internacional expedido e recebido, respetivamente.

Os rendimentos do serviço EMS atingiram o montante de 22.102 contos em 2018.

Tráfego de Correio EMS

	milhares de objetos		
	2017	2018	Δ
EMS	14.712	13.219	-10,1%
Total Geral	14.712	13.219	-10,1%

3.3 ENCOMENDAS

O tráfego do correio Encomendas totalizou 18.279 mil objetos, 38,6% face ao registado em 2017. Do total do tráfego Encomendas verificado, 76,2% representou os objetos internacionais recebidos, 20,9% do regime nacional e 2,1% dos objetos expedidos no regime expedido internacionalmente.

Os rendimentos do serviço Encomendas, incluindo as Encomendas e Pacotes Postais, atingiram o montante de 47.641 contos em 2018, um crescimento de 21,9% (mais 8.570 contos) face ao ano anterior.



Tráfego de Encomendas

	milhares de objetos		
	2017	2018	Δ
Encomendas	13.193	18.279	38,6%
Total	13.193	18.279	38,6%

3.4 FILATELIA

Em 2018 fez-se uma única emissão filatélica com o título "InfoPress". Entretanto, foram reimpressos 40.000 de "Cesária Évora e Le Bataclan" e 10.000 de "Dia Nacional Contra Abuso e Exploração Sexual".

As vendas Filatélicas totalizaram o montante de 1.066 contos.

3.4.1 Performance dos Serviços Postais

O crescimento de 52,7% do tráfego postal em 2018 face ao ano anterior, justificado em grande parte, pelo aumento do correio internacional recebido, na ordem dos 114,0 %, contribuiu positivamente para o aumento dos rendimentos postais.

O aumento do tráfego correio LC/AO teve o seu impacto positivo das receitas de direitos terminais. O quadro abaixo mostra o resultado das constas internacionais. Verifica-se que o saldo é bastante positivo para a Empresa.

Contas Internacionais

	2018	
	A receber	A Pagar
Quotas-partes - Abono Encomendas	13.703.339	211.679
Desequilíbrio EMS	1.936.552	362.425
Direitos Terminais	44.997.347	5.419.520
Direitos de Trânsito	146.047	445.657
Total	60.783.285	6.439.281

3.5 Serviços Financeiros

3.5.1 Serviços Financeiros Internacionais

O total de movimento de transferências internacionais totalizou, em 2018, o montante de 3.336.819 contos, registando um acréscimo de 1% face ao montante movimentado em 2017. Na mesma linha, o movimento das transferências internacionais para pagamento totalizou um montante de 2.530.159 contos, registando um aumento de 8,4% em relação a 2017, enquanto o movimento das



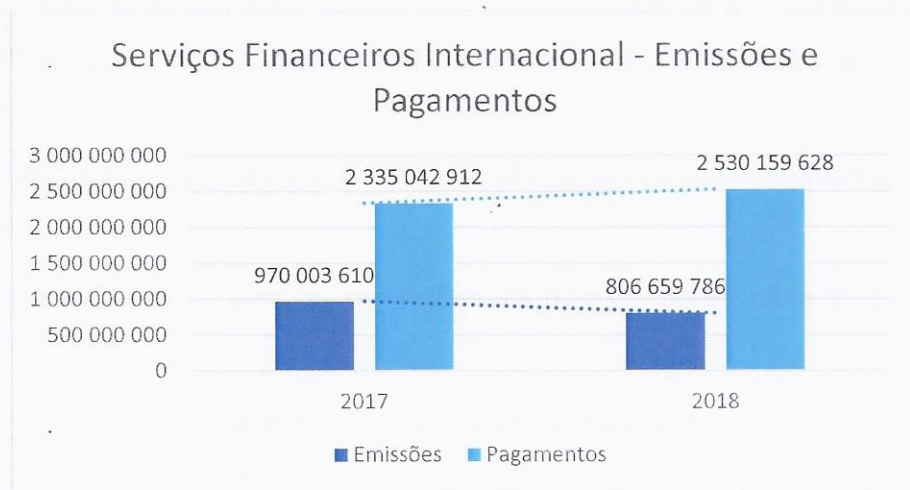
Relatório & Contas 2018

transferências emitidas a partir das agências do Correios, totalizou, em 2018, o montante de 806.659 contos, registrando um decréscimo de 16,8% em relação a 2017, conforme o quadro e gráfico abaixo.

Da análise do quadro abaixo também se conclui que os Correios continuam a ser uma administração que faz mais pagamentos (70,7%) do que emissão (29,3%), contribuindo assim para um aumento da reserva de divisa do País.

Serviços Financeiros (ECV) – Montantes movimentados

	Montantes		Δ % Montante
	2017	2018	Var 2018/2017
Emissões	970 003 610	806 659 786	-16,8%
Pagamentos	2 335 042 912	2 530 159 628	8,4%
Total	3 305 046 522	3 336 819 414	1,0%



Nos serviços que integram os movimentos de emissão das transferências internacionais, destacam-se os montantes emitidos pelo Serviço Money Gram que representa o maior serviço (97,2% em 2017 e 99,6% em 2018), TMO (2,8% em 2017 - serviço descontinuado em 2018) e IFS, serviço criado em 2018. Os rendimentos dos diferentes serviços, bem como as suas variações entre 2018 e 2017, estão no quadro abaixo.

Serviços Financeiros Internacional – Emissões (ECV)

	Montantes		Δ % Montante
	2017	2018	Var 2018/2017
Money Gram	942 606 310	803 332 069	-14,8%
TMO	27 397 300	0	0,0%
IFS		3 327 717	0,0%
Total	970 003 610	806 659 786	-16,8%



Nota-se que o decréscimo do serviço da Money Gram em 2018 deveu-se, por um lado, às diretivas da Money Gram relativamente à diminuição dos montantes permitidos aos clientes, bem como as restrições introduzidas para corresponder às exigências de "Compliance", tendo como consequência a perda de alguns mercados como por exemplo – Costa Ocidental da África e o mercado chinês.

A decisão de descontinuar os serviços de TMO e Eurogiro, tem a ver com a análise feita pela empresa e que mostrou que os mesmos não tinham rentabilidade desejada.

Apesar da entrada em funcionamento do serviço da IFS, este ainda não conseguiu recuperar os clientes que utilizavam os serviços da TMO no corredor Cabo Verde/Portugal.

Em relação aos serviços que integram o pagamento das transferências internacionais, destacam-se os montantes pagos pelo Serviço Money Gram que representa o maior serviço (95,1% em 2017 e 98,0% em 2018), TMO (0,4% em 2017, serviço descontinuado em 2018), EUROGIRO (1,3% em 2017, serviço descontinuado em 2018), Money Exchange (3,2% em 2017 e 1,5% em 2018) e IFS, serviço criado em 2018.

A M. Exchange registou uma quebra de 49,9% por falta de incentivo em marketing para o aumento das transações.

Os rendimentos dos diferentes serviços, bem como as suas variações entre 2018 e 2017, estão no quadro abaixo.

Serviços Financeiros Internacional - Pagamentos

	Montantes		Δ % Montante
	2017	2018	Var 2018/2017
Money Gram	2 221 531 560	2 478 541 438	11,6%
TMO	8 572 263	0	0,0%
Eurogiro	30 539 197	0	0,0%
Money Exchange	74 399 892	37 246 307	-49,9%
IFS		14 371 883	0,0%
Total	2 335 042 912	2 530 159 628	8,4%

O Serviço de transferência internacional tem tido uma prestação positiva para o negócio dos Correios, atingindo em 2018 um rendimento operacional de cerca de 43.000 contos, registando um crescimento global na ordem de 3,9%, conforme o quadro abaixo.

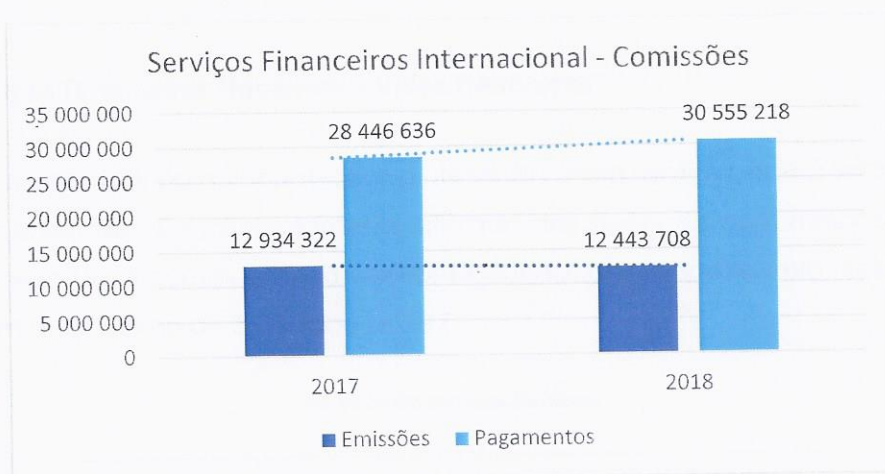


Relatório & Contas 2018

Serviços Financeiros – Rendimentos Operacionais das Comissões (ECV)

	Comissões		Δ % Montante
	2017	2018	Var 2018/2017
Emissões	12 934 322	12 443 708	-3,8%
Pagamentos	28 446 636	30 555 218	7,4%
Total	41 380 958	42 998 926	3,9%

Da análise de detalhe das transferências internacionais, verifica-se que o rendimento de emissão atingiu, em 2018, um montante de cerca de 12.444 contos, registando um decréscimo de 3.8% em relação a 2017. Com tendência contrária foi o rendimento de pagamento de transferências, atingindo em 2018 um montante de cerca de 30.555 contos, registando um aumento de 7,4% em relação a 2017, conforme mostra o gráfico abaixo.



Em relação aos serviços que integram a emissão das transferências internacionais, destacam-se os rendimentos do Serviço Money Gram que representa o maior serviço (88,4% em 2017 e 99,6% em 2018), TMO (11,6% em 2017 - serviço descontinuado em 2018) e IFS, serviço criado em 2018. Os rendimentos dos diferentes serviços, bem como as suas variações entre 2018 e 2017, estão no quadro abaixo.

Serviços Financeiros – Comissão Emissão (ECV)

	Comissão		Δ % Comissão
	2017	2018	Var 2018/2017
Money Gram	11 432 194	12 414 730	8,6%
TMO	1 502 128	0	-100,0%
IFS		28 978	n.a
Total	12 934 322	12 443 708	-3,8%

Em relação aos serviços que integram o pagamento das transferências internacionais, destacam-se os rendimentos do Serviço Money Gram que representa o maior serviço (95,1% em 2017 e 98,0% em 2018), TMO (0,4% em 2017, serviço descontinuado em 2018), EUROGIRO (1,3% em 2017, serviço



descontinuado em 2018), Money Exchange (3,2% em 2017 e 1,5% em 2018) e IFS, serviço criado em 2018. Os rendimentos dos diferentes serviços, bem como as suas variações entre 2018 e 2017, estão no quadro abaixo.

Serviços Financeiros - Pagamentos

	Comissão		Δ % Comissão
	2017	2018	Var 2018/2017
Money Gram	27 197 966	30 103 428	10,7%
TMO	119 251	0	-100,0%
Eurogiro	263 538	0	-100,0%
Money Exchange	865 881	297 970	-65,6%
IFS		153 820	n.a
Total	28 446 636	30 555 218	7,4%

3.5.2 Serviços Financeiros Nacionais – Vales Eletrônicos

Pensa-se que uma campanha nacional sobre a utilização deste serviço poderá ser interessante para fazer aumentar o seu uso. É maioritariamente utilizado nas agências com maior dimensão e com horários mais alargados. Algumas estão atualmente abertas aos sábados. Pela receita realizada em 2018, nota-se um decréscimo de 5,3% face a 2017.

Serviços Financeiros Nacional

	2017	2018	Var 2018/2017
Receitas de Vale Eletrónico	2.148.010	2.034.620	-5,3%

3.6 Prestação de Serviços a Terceiros

A prestação de serviços de terceiros continua a ser um negócio que rentabiliza a rede dos balcões da empresa.

Os rendimentos operacionais dos serviços a terceiros atingiram o montante global de 43.368 mil contos no ano de 2018, registando um decréscimo na ordem dos 6,1% face ao ano de 2017, devido, sobretudo à diminuição da quantidade das cobranças realizadas, conforme o quadro abaixo.

Serviços a Terceiros

	2017		2018		Var 2018/2017	
	Qde	Montante	Qde	Montante	Δ % Qde	Δ % Montante
Cobranças	251.733	25.523.010	211.578	22.235.795	-16,0%	-12,9%
Pagamentos	256.542	20.649.600	264.088	21.132.540	2,9%	2,3%
Total	508.275	46.172.610	475.666	43.368.335	-6,4%	-6,1%



Em 2018, as cobranças atingiram o montante de 22.236 contos, com uma diminuição na ordem dos 12,9% face ao ano de 2017. Contribuíram para essa diminuição os serviços de CVTelecom (-31,1%). À semelhança dos anos anteriores este resultado é decorrente da diminuição do volume de faturação da utilização do serviço fixo, do aumento do número de lojas da CVTelecom e do aumento dos meios de pagamento disponíveis aos clientes.

De igual modo verificou-se diminuição nos serviços, da IFH (-37,6%) e o serviço prestado à Caixa Económica de Cabo Verde (-4,8%).

Em contrapartida, a destacar o aumento da cobrança dos impostos da Direção Geral do Tesouro, através do DUC, com um acréscimo de 122,8% em termos de quantidade e uma correspondente performance em termos de receitas. De realçar também os rendimentos positivos dos serviços da Electra (12,8%), Garantia (8,5%) e Alfândega (7,1%). Em relação ao serviço da Alfândega, o aumento do tráfego de objetos no circuito postal, traduziu-se no aumento dos despachos e consequentemente no valor da comissão a favor dos Correios, incidindo, na sua maioria, nas pequenas encomendas e compras provenientes do comércio eletrónico.

Serviços a Terceiros - Cobranças

Serviços	2017		2018		Var 2018/2017	
	Qde	Comissão	Qde	Comissão	Δ % Qde	Δ % Comissão
CVTelecom	156.678	8.541.773	114.868	6.513.434	-26,70%	-31,14%
DGT-DUC	1775	248.500	3.954	566.160	122,80%	56,11%
Electra	21.610	1.080.500	22.927	1.240.000	6,10%	12,86%
Alfândega	1.983	3.408.670	2.379	3.667.803	20,00%	7,07%
Garantia	1.834	2.084.690	2.911	2.278.043	58,70%	8,49%
IFH	190	9.500	138	6.900	-27,40%	-37,68%
Caixa-CECV	67.663	10.149.377	64.401	9.748.210	-4,80%	-4,12%
Total	251.733	25.523.010	211.578	22.235.795	-16,00%	-12,90%

No serviço de pagamentos a destacar a diminuição das pensões pagas por conta do Ministério das Finanças face ao verificado em 2017.



Serviços a Terceiros - Pagamentos

Serviços	2017		2018		Var 2018/2017	
	Qde	Comissão	Qde	Comissão	Δ% Qde	Δ% Comissão
Pensões Sociais	254.712	20.391.200	263.216	20.825.940	3,30%	2,09%
Pensões da SHELL	55	9.900	55	9.900	0,00%	0,00%
Pensões Finanças	1.775	248.500	817	65.040	54,00%	-282,07%
Total	256.542	20.649.600	264.088	21.132.540	2,90%	2,30%

3.7 Outras Atividades

3.7.1 Recursos Humanos

A aposta na melhoria da produtividade e mais eficiência da mão-de-obra continua a ser os eixos estratégicos na gestão de recursos humanos da Empresa.

Para a concretização desse objetivo, de há uns anos para cá a empresa tem feito um grande esforço para diminuir o número de trabalhadores através de reajustes internos, através de um programa de reforma antecipada que teve o seu início em 2014.

3.7.2 Caracterização dos Efetivos

No final de 2018 encontravam-se 19 trabalhadores no programa de reforma antecipada. Para contrabalançar essas saídas o Correios recorreu à contratação em regime de cedência de pessoal. No final de 2018 permaneciam 15 trabalhadores nesse regime de contrato.

Houve uma ligeira variação em termos de efetivos. O CCV passou de 182 no final de 2017 para 183 trabalhadores no final de 2018. Uma taxa de redimensionamento de (0,5%), correspondendo 1 efetivo a mais em relação ao ano anterior.

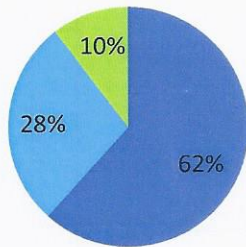
Se considerarmos, entretanto, apenas os trabalhadores efetivamente ao serviço, a variação é bastante mais significativa, conforme o ajuste no quadro que se segue. Na verdade dos 183, 19 trabalhadores se encontravam na reforma antecipada, de modo que não estavam ao serviço efetivo da empresa:

Efetivos	Nº	%
Quadro	113	62%
Pré-Reforma	19	10%
Contrato	51	28%
Total	183	100,0%



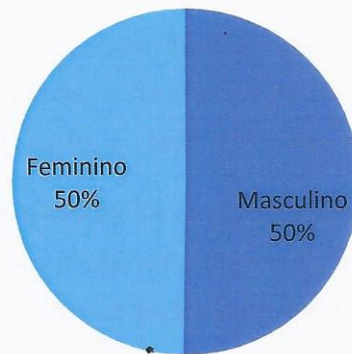
Efectivos do CCV

■ Quadro ■ Contrato ■ Pré-Reforma

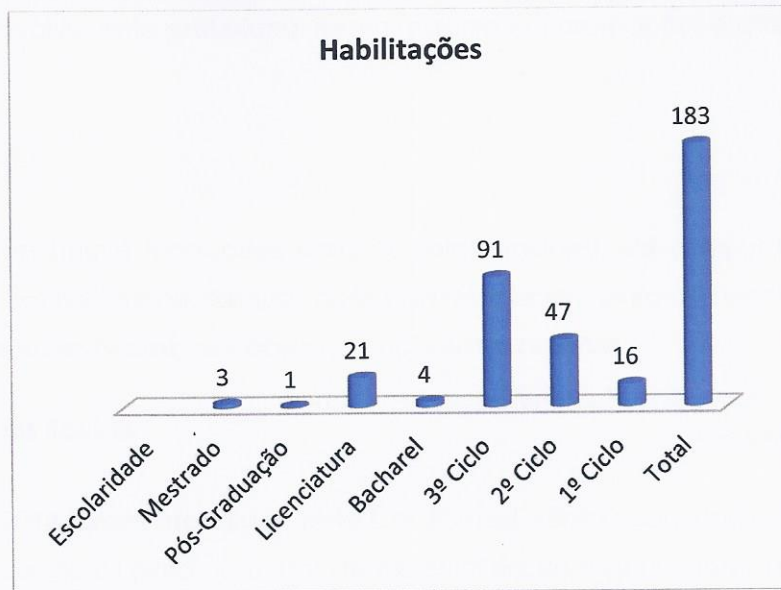


Do total dos efetivos, a distribuição da força de trabalho em termos de género, encontra-se bastante equilibrada com um universo de 92 homens e 91 mulheres.

Género



Os dados dos recursos humanos dão-nos a indicação de que as habilitações de nível escolaridade de Mestrado, Pós-Graduação e Licenciatura tiveram uma melhoria significativa ao longo desses anos. Após um período de upgrade dos bacharéis para licenciados, o que permitiu que fossem diminuindo ao longo dos anos, somando aos com licenciatura, hoje praticamente essas classes habilitacionais estão estáveis, representando 13,6% do total dos colaboradores. A maior incidência de habilitações está no 3º Ciclo, representando 49,7% de colaboradores. Mantém-se ainda uma percentagem considerável de colaboradores com habilitações do 2º e 1º Ciclos, à volta de 33,4% de efetivos.



A idade média dos trabalhadores dos CCV no final de 2018 ficou em 48,2 anos, com, maior concentração nas faixas entre os 51 e 60 anos, correspondendo a 44,8% dos colaboradores. Quase metade dos recursos humanos da empresa está nesse intervalo. A faixa etária que vai dos 18 aos 30 anos teve um ligeiro decréscimo em relação ao ano 2017. A empresa conta com apenas 8,2% dos trabalhadores dentro desta faixa etária, um indicador claro da baixa taxa de incidência de juventude. Entre os 18 e 40 anos de idade, o peso é de 30,1%, o que confirma a afirmação anterior, pois, apenas 1/3 ocupa essa faixa. O resto, ou seja, 2/3 estão com 40 ou mais anos de idade.

Acima dos 55 anos, aproximando da idade de aposentação, há cerca de 29,5% de efectivos, ou seja, 54 colaboradores. Entretanto, nos próximos 5 anos cerca de 46 trabalhadores estarão a deixar a empresa, por limite de idade, com maior incidência feminina, cujo número está a volta de 32 colaboradoras, oportunidade que a empresa terá de refrescar a sua mão-de-obra, tendo em vista que isso representará cerca de 25% dos efectivos. Dos colaboradores entre os 55 e 65 anos, 19 já se encontram na pré-reforma.

Os Serviços Centrais e as Agências da ilha de Santiago, juntos, assumem 50,8% dos colaboradores, ou seja, mais de metade. O CTC – PRAIA (Centro de Tratamento de Correio) conta com 15 colaboradores.

3.7.3 Mobilidade dos Efetivos

Em 2018 entraram na empresa 10 novos colaboradores, sendo um Técnico Superior com contrato de gestão, quatro Técnicos de Exploração, quatro Técnicos Auxiliares de Exploração e um Carteiro. A taxa de admissão em 2018 foi de 5,5%.

Em relação à extinção laboral a taxa de saídas foi de 5,5%, provocadas por razões, de reforma por limite de idade, fim de comissão de serviço, despedimento, rescisão, etc.

22



Em termos de desenvolvimento profissional foram realizadas 5 promoções e atribuída diuturnidade a 6 colaboradores.

3.7.4 Formação

No ano de 2018 não houve formações para os colaboradores, salvo algumas organizadas pela ELECTRA e CVTelecom no âmbito das suas ações de reciclagem para os trabalhadores dos Correios que lidam com os seus softwares de cobranças nos nossos balcões.

3.7.5 Benefícios Sociais

Durante o ano de 2018 foram atendidos, pela Cardiomed, clínica convencionada com o Correios, 264 trabalhadores, sendo 84 para consultas de especialidades e os restantes para clinica geral. Até este momento são cobertas as ilhas de Santiago, Fogo e Boavista, lugares onde a Cardiomed tem clinicas.

Com o novo CIR-PC, em que obriga a empresa a pagar imposto sobre os empréstimos concedidos aos trabalhadores deixou de haver condições para empréstimos no Fundo Social.

Desde 2010 a empresa não atualizou os salários. Para os trabalhadores que não têm carreira, isto é, para os contratados a prazo que não têm oportunidade de evoluírem na carreira não conseguem amortecer os impactos da inflação por verem os seus salários sem qualquer variação. Os da carreira conseguem, por via das promoções, aumentar seus salários.

3.8 Recursos Tecnológicos

O sector responsável pelo tratamento da dimensão tecnológica direcionou seus esforços, na melhoria dos sistemas de informação e comunicação com o objetivo de facilitar o compartilhamento de custos, parcerias e interconexão com parceiros e redes congéneres. Nesta perspetiva várias ações foram desenvolvidas e implementadas durante o ano, das quais se destacam a implementação do Sistema IFS que substituiu o TMO nas transferências no corredor Cabo Verde / Portugal.

A atualização do Sistema de Pagamento trouxe ganhos consideráveis para os Correios e valor acrescentado para os Clientes, permitindo maior rigor no exercício do controlo em "real time", a deteção das repetições e redução de custos. No âmbito do Projeto FAQs - Melhoría da Distribuição de Correspondências – deu-se início ao desenvolvimento do sistema de gestão e entrega de correspondências (OSM).

De realçar ainda, a migração da Internet ADSL para Fibra na SEDE e em Fazenda, atualização e integração do sistema Vale Eletrónico no sistema CCVPay e implementação do módulo gestão de clientes.



3.9 Qualidade e Controlo Interno

As reclamações dos clientes mereceram a devida atenção, tendo a área responsável processado um conjunto de diligências para a resolução das mesmas, em conformidade com os procedimentos postais.

Alinhado com o Plano Estratégico 2017-2019 e com vista a melhoria contínua dos processos internos do trabalho e foco na qualidade do serviço prestado aos clientes, a área com responsabilidades no controlo interno – o Gabinete de Auditoria e Compliance, criado na Nova Estrutura Orgânica da Empresa, desenvolveu as suas ações de auditoria dos procedimentos e processos de trabalho e o acompanhamento da gestão das Agências. No campo da Compliance a sua atuação foi dirigida essencialmente, na monitorização das transações financeiras internacionais, através de acompanhamentos e investigação de transações suspeitas de fraudes.

3.10 Património Físico

A melhoria das condições físicas das instalações constituiu um dos objetivos prioritários da Empresa. Para o efeito, ações foram implementadas na área da segurança dos bens e objetos dos clientes, para além da manutenção dos edifícios e dos meios de transporte.

4. Perspetivas Futuras

Hoje mais do nunca, é notório a transformação digital que o nosso país atravessa. Igualmente, é visível o fomento de incremento da atividade ligada à exploração de cargas e comércio ambulante de mercadorias em Cabo Verde, tanto do ponto de vista restrita ao setor postal nacional, mas também marcadamente com a entrada de novos concorrentes estrangeiros que vêm instalando na busca incessante de exploração do serviço de transitário a nível nacional e internacional.

De acordo com a tendência dos mercados internacionais, ainda face aos fatores exógenas incontroláveis pela empresa CCV, o atual Conselho de Administração (CA), em linha com as estratégias para modernização da empresa CCV e que vise a sua sustentabilidade no mercado de forma sólida e capaz de responder com eficiência e eficácia as necessidades da sociedade, decorrente de várias reflexões realizadas até presente data, identificou linhas orientadoras e de resposta, visando o aumento da competitividade perseguindo os seguintes eixos estratégicos:

1. Redução de custos e gastos operacionais em pelo menos 9%, com base em reformas, integração, automatizações e otimização de processos, pois esse desiderato tem surtido efeitos positivos em relação aos anos de 2017/18. Respeitante a este ponto o CA prevê estabelecer e introduzir mecanismos de controlo e sensibilização no sentido de contenção de gastos operacionais gerais, bem como redução de custos inerentes à produção e



comercialização de produtos, em média, em aproximadamente 15% para os próximos 3 (três) anos;

2. Aumento das receitas operacionais e extras operacionais em pelo menos 15%, com aposta em novas alavancas de crescimento, nomeadamente, a Inovação Tecnológica e Transformação Digital (Oferta Digital) dos Correios e exploração do serviço de transitário a nível nacional e internacional (revisão do modelo de negócio dos CCV);
3. Reforço da infraestrutura e modernização da rede postal e logística, com apostas em Postos Móveis, melhorando a eficiência, a qualidade do serviço e as condições de trabalho dos colaboradores dos Correios;
4. Diversificação do portfólio de produtos e serviços (com foco em clientes institucionais e particulares) e políticas de rentabilização da rede física (Balcões) dos Correios e novas estratégias para as zonas periféricas, revitalizando a política de proximidade às empresas, instituições e consumidores;
5. Expansão das operações, com forte perspetiva de internacionalização por meio de Parcerias Estratégicas;

O CA ciente das dificuldades que o setor postal atravessa a nível global, bem como os riscos inerentes face à concorrência e alternativas em matéria de novas e múltiplas ofertas de produtos e serviços, para dar resposta aos aspetos identificados nos pontos 2, 3, 4 e 5, preconiza reformar o core business dos CCV, com aposta na incorporação de novos serviços, designadamente aposta forte em logística, envolvendo transporte de grandes cargas e encomendas a nível nacional e internacional, como por exemplo a exploração do serviço de "Transitário a nível internacional". O Objetivo assenta fundamentalmente em aumentar as receitas em cerca de 25% para o mesmo período, tendo em atenção a aposta em marketing e exploração de novos serviços nomeadamente transitário, novas medidas para alavancar o processo de recolha, encaminhamento e distribuição; a digitalização e forte aposta na criação do sistema de comércio eletrónico no país, sem esquecer a integração com as maiores Marketplaces a nível mundial, por último a aposta em transporte de cargas domésticas via navios e o reforço da exploração do serviço de transferência de dinheiro que têm vindo a aumentar a nível geral a uma taxa exponencial

6. Políticas de Valorização dos Recursos Humanos, com apostas em incentivos produtivos, visando o aumento da produtividade/rendibilidade e o combate ao absentismo. Tendo em atenção o grau de motivação e satisfação dos colaboradores perante o modelo de gestão reinante na empresa nos últimos anos, com repercussões direta no nível de produtividade e reflexos no resultado corporativo, o atual CA prevê definir um conjunto de políticas para RH, visando melhorar o índice de satisfação e motivação dos colaboradores em pelo menos 75%, apostando em melhorias de condições ergonómicas de trabalho, incentivos, promoções e



- reclassificações, convívios, formação, enquadramento laboral, entre outros, a começar com o novo PCCS da empresa;
7. Modernização do Quadro Institucional – Estatutário, Regulamentar e Procedimental, criação de novos mecanismos para o Controlo Interno e consolidação da organização (Gestão, RH e Reports);
 8. Preparação da empresa para sua certificação no âmbito dos ISOs inerentes à Qualidade, Segurança e Controlo interno;
Dada a fragilidade institucional e as vulnerabilidades do sistema de controlo interno da empresa CCV, tendo em consideração a necessidade de se preparar a empresa para novos desafios do País, num ambiente competitivo e exigente e em matéria de prestação de serviços de terceiros com maior segurança e qualidade a que se exige face a atual conjuntura concorrencial, para dar resposta aos pontos 7 e 8, o CA entendeu de extrema importância começar a preparar a empresa criando as condições de segurança, qualidade e reforço do sistema de controlo, com vista não só a melhoria da sua performance interna, mas também visando a sua certificação futura no âmbito dos ISOs inerentes à Qualidade, Segurança e Controlo interno, aumentando a confiabilidade junto dos seus parceiros.
 9. Criação de um departamento com competências bancárias num Banco Postal;
 10. Reforço do quadro de pessoal e novas competências, com entrada (recrutamento) de novos elementos vocacionadas para as demandas e estratégias da empresa;
 11. No quadro da modernização da empresa, negociação de isenção de direitos aduaneiros e IVA junto do Governo, sobre importação de produtos genuínos ligados à exploração de serviço postal;
 12. Nova abordagem para com o cliente, renovação da identidade visual e reforço da comunicação institucional e marketing dos CCV.

5. Análise Económica e Financeira

A análise económica e financeira que se apresenta sintetiza os resultados alcançados pelos Correios de Cabo Verde SA, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2018. Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas apresentadas.

As demonstrações financeiras foram apuradas de acordo com o Novo Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF) que entrou em vigor através do Decreto-Lei 5/2008 de 4 de fevereiro com o objetivo de acompanhar os desenvolvimentos havidos nas diretivas internacionais.



Este exercício foi marcado pela melhoria do resultado líquido e pelo agravamento dos indicadores económicos e financeiros.

RESULTADOS

Os Correios de Cabo Verde, SA, encerraram o exercício económico de 2018 com um resultado líquido positivo de 11.326 contos, contra o montante de 4.132 contos positivo do ano anterior, o que representa um acréscimo de 174% , face ao ano de 2017.

O EBITDA atingiu o valor de 33.775 contos positivos contra o valor de 29.442 contos positivos do ano anterior, representando um aumento de 4.333 contos.

O resultado operacional em 2018 foi de 9.807 contos positivo contra 1.776 contos negativos em de 2017, o que traduz um aumento de 652%. (11.583 contos).

Este resultado ficou a dever-se, sobretudo, ao aumento dos ganhos em subsidiárias, valorizadas pelo MEP e dos rendimentos e ganhos.

No quadro seguinte estão representados a evolução dos resultados dos últimos três anos



Evolução dos Resultados nos últimos 3 anos

(valores expressos e milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	Periodos			variacoes	
	2018	2017	2016	Δ 18/17	Δ% 18/17
Vendas e Prestações de serviços	267 411	240 495	250 705	26 916	11,19
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	31 818	67 878	30 410	(36 060)	-53,12
Subcontratos	(11 702)	(12 187)	(11 968)	485	-3,98
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	(9 572)	(11 102)	(10 772)	1 530	-13,78
Resultado operacional bruto	277 954	285 083	258 373	(7 129)	-2,50
Fornecimentos e serviços externos	(65 214)	(68 350)	(72 492)	3 137	-4,59
Valor acrescentado bruto	212 740	216 733	185 881	(3 992)	-1,84
Gastos com o pessoal	(182 893)	(192 806)	(196 000)	9 913	-5,14
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(27 226)	(1 305)	1 580	(25 921)	1 985,92
Provisões (aumentos/reduções)	15 383	(6 709)	8 044	22 092	-329,27
Aumentos/reduções de justo valor	2 237	(1 868)	1 868	4 105	-219,76
Outros rendimentos e ganhos	32 426	31 413	28 460	1 013	3,23
Outros gastos e perdas	(18 893)	(16 015)	(17 817)	(2 879)	17,98
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos	33 775	29 443	12 016	4 332	14,71
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	(23 967)	(31 218)	(31 180)	7 251	-23,23
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)	9 807	(1 775)	(19 164)	11 583	-652,40
Juros e ganhos similares Obtidos	2 419	6 563	7 380	(4 144)	-63,14
Juros e perdas similares suportados	(900)	(655)	(566)	(245)	37,41
Resultado antes de Impostos	11 326	4 132	(12 350)	7 194	174,09
Imposto sobre o rendimento do período					
Resultado liquido do período	11 326	4 132	(12 350)	7 194	174,09

Os Rendimentos e ganhos apresentam a seguinte composição de acordo com a sua natureza:



Rendimentos e Ganhos	2018	2017	2016	Δ 18/17	Δ% 18/17
Vendas de Produtos	7 600	8 082	7 946	(481)	-5,96
Serviços Correios	167 980	136 050	138 323	31 930	23,47
Vales Postais/Transferências	45 604	44 524	43 171	1 079	2,42
Serviços Telefónicos	1 347	2 016	2 803	(669)	-33,18
Serviços de Terceiros	44 880	49 823	58 462	(4 943)	-9,92
Rendimentos Suplementares	21 249	20 481	18 059	767	3,75
Rendimentos nos Investimentos Financeiro	36 970	74 096	37 800	(37 125)	-50,10
Variacao das Provisões	17 047	13 819	17 757	3 228	23,35
Outros Rendimentos	6 025	4 714	4 878	1 311	27,82
Ganhos de financiamento	2 419	6 563	7 380	(4 144)	-63,14
Total	351 121	360 168	336 579	(9 047)	-2,51

Os rendimentos e ganhos globais sofreram um decréscimo de 2.51% face ao período homólogo. As rubricas serviços correios, Vales Postais/Transferências 23.47%, 2.42% respetivamente, enquanto que vendas de produtos registou uma diminuição de 5,96%.

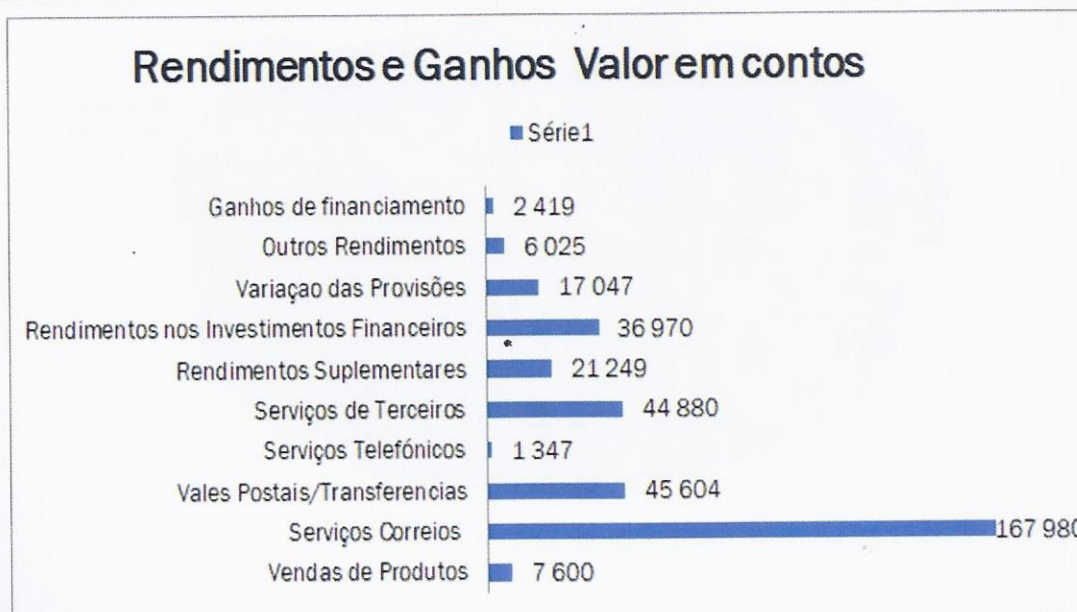
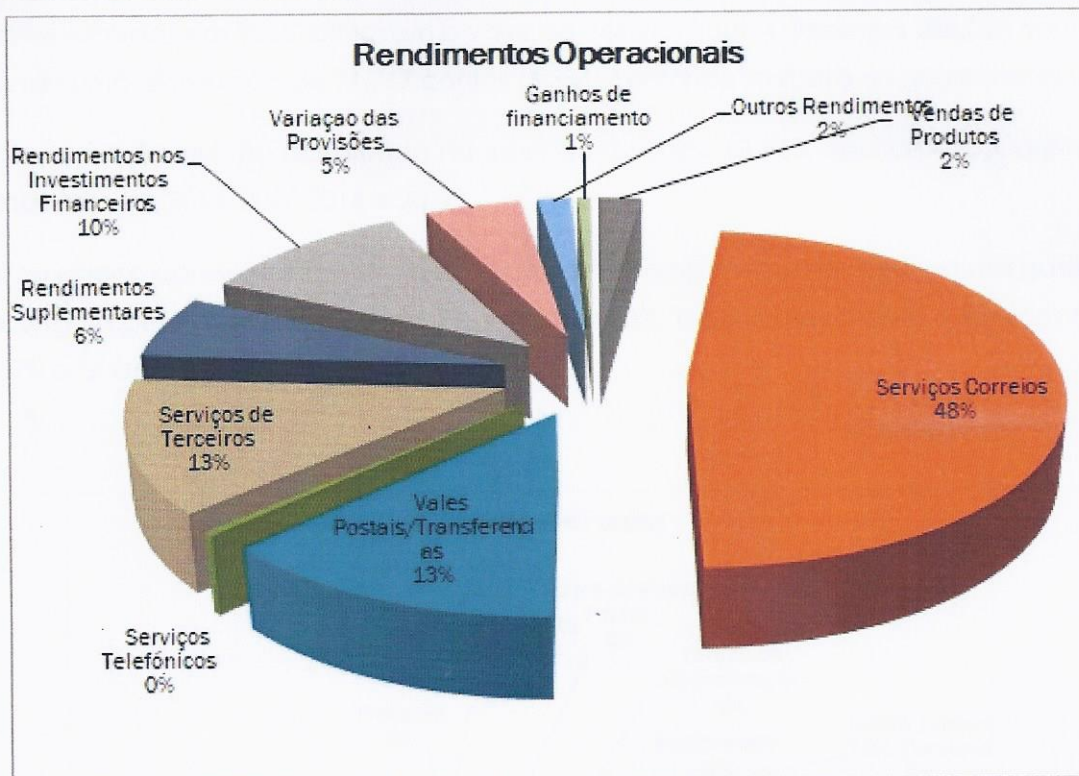
A rubrica Variação das Provisões registou um aumento das provisões em 3 288 contos que compreende 18 758 contos referentes à reforma negociada com 7 trabalhadores em 2017, 1.771 contos referentes ao efeito anual do desconto e a redução.

Registou-se uma diminuição nos rendimentos resultantes dos investimentos financeiros em -50,1% devido à correção retrospectiva das suas demonstrações financeiras efetuada pela CECV, registando em Resultados transitados, negativos, o montante líquido de mESC 263 910, os quais, para aplicação do método de equivalência patrimonial, foram considerados como sendo resultado do ano por se tratar de alteração de estimativas.

Os rendimentos provenientes de vendas de produtos, Serviços telefónicos, Serviços de Terceiros e ganhos de financiamento decresceram 481 contos (5.96%), 669 contos (33.18%), e 4.943 contos (9,92%) respetivamente, em relação ao ano anterior.

Compõe a rubrica de serviços de Correios os serviços prestados com envio e recepção e distribuição de correspondências, encomendas postais e Express Mail e a rubrica de Serviços de Terceiros as comissões pela prestação de serviços a Instituições e Empresas, a saber: Centro Nacional de Pensões, Cabo Verde Telecom, Garantia, Direção Geral das Alfandegas, Electra, Caixa Económica de Cabo Verde, Fundo Autónomo e Manutenção Rodoviária e Caixa Geral.

Os gráficos abaixo espelham o peso de cada uma das rubricas no cômputo total.



É de destacar que os rendimentos provenientes dos serviços dos Correios continuam sendo aqueles que mais contribuem para o volume de negócio da empresa, constituindo em 2018 48% dos rendimentos totais.

Importa referir a significativa dependência da empresa em relação aos rendimentos provenientes de Serviços de Terceiros e de Investimentos Financeiros que representam 58% dos rendimentos totais.

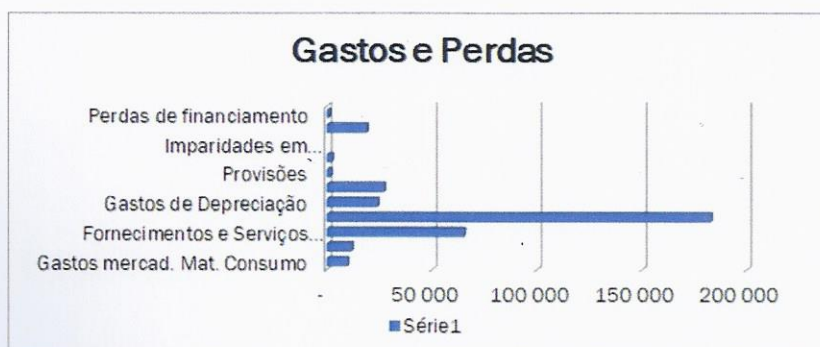
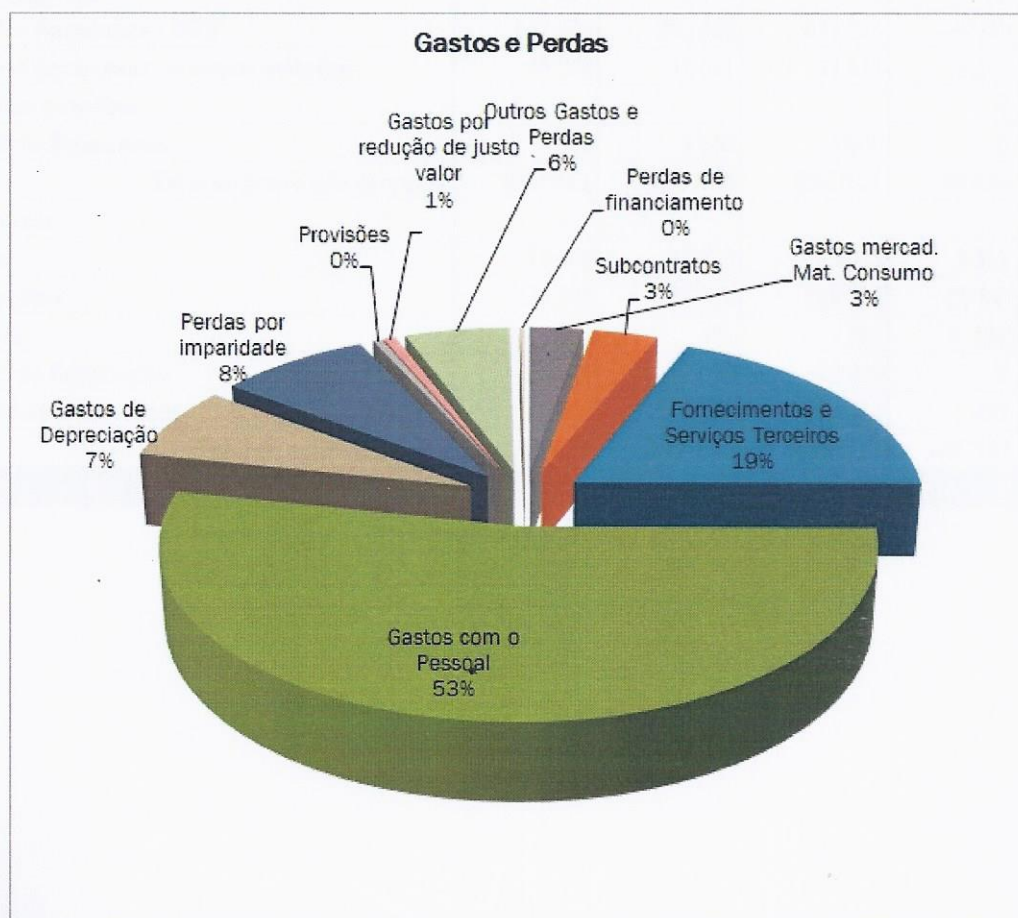
30



Os Gastos e Perdas em 2018, atingiram o valor de 344.269 contos, face aos 356.035 contos de 2017, registando uma diminuição de 11.767 contos (3.3%), conforme se ilustra no quadro acima.

É notável uma diminuição acentuada na rubrica provisões, 18 865, resultante dos pré-reforma dos trabalhadores em 2014, 2015 2016 e 2017.

O gráfico abaixo apresentado ilustra o peso de cada componente na estrutura dos gastos em 2018, destacando o peso dos Gastos com o Pessoal com 53%, o do Fornecimento e Serviços de Terceiros com 19% e as Depreciações com 7%.





5.1 Situação Financeira e Patrimonial

Evolução do Balanço nos últimos 3 anos

(Valores Expressos em milhares de Escudos)

Rubricas	Periodos			Δ 18/17	
	2018	2017	2016		
ACTIVO					
Activo não corrente					
Activos fixos tangíveis	159 235	181 183	207 188	-21 948	-12,11
Activos intangíveis	1 654	2 004	5 160	(350)	-17,48
Participações financeiras - MEP	642 674	692 668	637 014	-49 994	-7,22
Participações financeiras — outros métodos	43 248	41 011	42 879	2 237	5,45
Outras contas a receber				0	0,00
Outros activos financeiros	4 000	4 000	4 000	0	0,00
Total do activo não corrente	850 811	920 866	896 241	-70 056	-7,61
Activo corrente					
Inventários	15 840	13 539	20 028	2 301	17,00
Contas a receber	170 389	221 336	199 782	-50 947	-23,02
Diferimentos	302	402	283	(101)	-25,00
Outros activos financeiros	32 000	32 000	42 000	0	0,00
Caixa e depósitos bancários	142 555	140 060	173 524	2 495	1,78
Total do activo corrente	361 086	407 337	435 617	-46 251	-11,35
Total do activo	1 211 897	1 328 205	1 331 857	(116 308)	-8,76



Rubricas	Periodos			Δ 18/17	
	2018	2017	2016		
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital próprio					
Capital realizado	300 000	300 000	300 000	0	0,00
Reservas	135 430	131 298	694 173	4 132	3,15
Ajustamentos em activos financeiros	299 264	313 098	294 912	(13 833)	-4,42
Resultados transitados	(50 908)	0	(532 339)	(50 908)	-100,00
Resultado líquido do período	11 326	4 132	(12 350)	7 194	174,11
Total do capital próprio	695 112	748 528	744 396	-53 416	-7,14
PASSIVO					
Passivo não corrente					
Provisões	26 503	36 134	31 050	(9 631)	-26,65
Financiamentos Obtidos					
Total do passivo não corrente	26 503	36 134	31 050	(9 631)	-26,65
Passivo corrente					
Contas a pagar	450 452	508 019	508 975	(57 566)	-11,33
Adiantamentos de clientes	1 352	1 662	1 443	(310)	-18,67
Financiamentos Obtidos	30 976	22 405	34 010	8 571	38,25
Diferimentos	7 501	11 457	11 983	(3 956)	-34,53
Total do passivo corrente	490 280	543 542	556 411	-53 262	-9,80
Total do passivo	516 784	579 676	587 461	(62 892)	-10,85
Total do capital próprio e do passivo	1 211 897	1 328 205	1 331 857	(116 308)	-8,76

Regista-se, em 2018, diminuição do ativo não corrente, no valor de 70.056 contos (7.61%), quando comparado com o ano de 2017, conforme se evidencia no quadro acima.

O ativo corrente diminuiu em 46.251 contos (11.35%) em relação ao ano 2017, justificado pela diminuição das rubricas: outras contas a receber em 50.947 contos e diferimentos 101 contos. Regista-se um aumento das contas inventário em 2.301 contos.

Em consequência, em 2018, o ativo líquido, que atingiu o valor de 1.211.897 contos, evidenciou um decréscimo de 8.76% (116 308 contos) face ao período homólogo anterior.

Em 2018, o passivo da empresa diminuiu em 62.892 contos, justificado essencialmente pela diminuição de outras contas a pagar em 57 566 contos, provisões em 9 631 e diferimentos em 3 956 contos.

O capital próprio sofreu um aumento de 7.14% correspondente ao resultado líquido positivo do exercício de 2018. De notar que os Capitais Próprios representam 57,36% do ativo da empresa.

No quadro abaixo estão indicados alguns indicadores económicos e financeiros.

33



RÁCIOS

RÁCIOS FINANCEIROS	2018	2017	2016	2015
Liquidez Geral	0,75	0,76	0,80	0,80
Liquidez Reduzida	0,77	0,77	0,82	0,77
Autonomia Financeira	0,57	0,56	0,56	0,59
Solvabilidade	1,35	1,29	1,27	1,46
Fundo de Maneio	(129 194)	(136 205)	(120 794)	(87 387)
Endividamento	0,43	0,44	0,44	0,41
RÁCIOS ECONOMICOS	2018	2017	2016	2015
Rentabilidade Operacional das Vendas	0,04	-0,01	-0,08	-0,18
Rentabilidade Operacional do Activo	0,01	0,00	-0,01	-0,03
Rentabilidade dos Capitais Próprios	0,015	0,006	-0,016	-8,274
Cash Flow	35 293	35 350	18 830	(148)
VAB	212 740	216 734	185 881	206 564

Analisando os rácios verifica-se a degradação de alguns indicadores financeiros e uma ligeira melhoria nos rácios económicos. Os rácios de liquidez, solvabilidade e autonomia financeira que se situaram em 75%, 1.55% e 57% demonstram que ainda a empresa enfrenta dificuldade em suprir os seus compromissos de curto prazo.

Constata-se um aumento VAB, passando de 216.734 contos para 212.665 contos.



6. Agradecimentos

Os nossos agradecimentos, em nome do Conselho de Administração, aos colaboradores do CCV, pela sua dedicação ao sucesso da empresa. De igual modo, agradecemos os nossos parceiros e reguladores da empresa, pela confiança e cooperação institucional, sempre demonstrada.

7. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que o resultado líquido do exercício de 2018 é de 11.326 contos positivos;

Considerando que nesse resultado estão incluídos 31.818 contos positivos relacionados com resultados imputáveis à participação financeira detida na Caixa Económica de Cabo Verde, valorizada segundo o Método de Equivalência Patrimonial;

Considerando que a Caixa Económica, na sua Assembleia Geral realizada no dia 25 de junho de 2019, deliberou distribuir 23.79% dos resultados líquidos de 2018, cabendo aos Correios 14.331 contos;

Em consequência, o Conselho de Administração deliberou propor à Assembleia Geral dos Acionistas que o resultado líquido de 2018 seja aplicado como se segue:

- Reservas Legais (5%) 566 Contos
- Resultados transitados, negativos..... 17 487 Contos
- Lucros não distribuídos..... 17 487 Contos
- Reservas para Investimento (95% RAI) 10 760 Contos

35



CORREIOS DE CABO VERDE, SARL

NIF: 200252208

Rua Cesário Lacerda 2 - Plateau

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores Expressos em milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	Notas	31-12-2018	31-12-2017	31-12-2017
		Valores	(Apresentado) Valores	(Reexpresso) Valores
ACTIVO				
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	3	14 963	14 963	14 963
Edifícios e outras construções		126 173	142 356	142 356
Equipamento básico		116	73	73
Equipamento de transporte		7 393	8 156	8 156
Equipamento administrativo		8 649	13 030	13 030
Outros activos fixos tangíveis		43	400	400
Propriedades de investimento				
Edifícios e outras construções	4	1 898	2 206	2 206
Activos intangíveis				
Projectos de desenvolvimento	5	1 654	2 004	2 004
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	6	642 674	692 668	627 926
Participações financeiras — outros métodos	6	43 248	41 011	41 011
Outros activos financeiros	7	4 000	4 000	4 000
Total do activo não corrente		850 811	920 866	856 124
Activo corrente				
Inventários				
Mercadorias	8	10 577	8 043	8 043
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		5 264	5 496	5 496
Clientes	9	27 752	41 022	41 022
Adiantamentos a fornecedores	15	78	1 993	1 993
Estado e outros entes públicos	10	2 424	2 673	2 673
Outras contas a receber	11	140 134	175 647	175 647
Diferimentos	35	302	402	402
Outros activos financeiros	7	32 000	32 000	32 000
Caixa e depósitos bancários	12	142 555	140 060	140 060
Total do activo corrente		361 086	407 337	407 337
Total do activo		1 211 897	1 328 204	1 263 462
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital realizado		300 000	300 000	300 000
Reservas legais		45 054	40 923	40 923
Outras reservas		90 376	90 376	90 376
Ajustamentos em activos financeiros		299 264	313 098	248 356
Resultados transitados		(50 908)	-	-
Resultado líquido do período		11 326	4 132	4 132
Total do capital próprio	13	695 112	748 528	683 786
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	14	26 503	36 134	36 134
Total do passivo não corrente		26 503	36 134	36 134
Passivo corrente				
Fornecedores	15	26 175	24 795	24 795
Adiantamentos de clientes	9	1 352	1 662	1 662
Estado e outros entes públicos	16	9 699	9 465	9 465
Accionistas/sócios	17	5 322	5 322	5 322
Financiamentos obtidos	18	30 976	22 405	22 405
Outras contas a pagar	19	398 098	451 525	451 525
Provisões	14	11 159	16 911	16 911
Diferimentos	20	7 501	11 457	11 457
Total do passivo corrente		490 280	543 542	543 542
Total do passivo		516 784	579 676	579 676
Total do capital próprio e do passivo		1 211 897	1 328 204	1 263 462

O Diretor Financeiro

Celestino Moreira

O Conselho de Administração

Isidoro Mendes Gomes
/Presidente/Cipriano Semedo Soares de Carvalho
/Administrador Executivo/Almiro Leonidas Almeida Rocha
/Administrador Não Executivo/



CORREIOS DE CABO VERDE, SARL

NIF: 200252208

Rua Cesário Lacerda 2 - Plateau


DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO E 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 1 DE JANEIRO E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(valores expressos e milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	PERÍODO		
	Notas	31-12-2018	31-12-2017
Vendas e Prestações de serviços	21	267 411	240 495
Subsídios à exploração			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	6 e 22	31 818	67 878
Variação nos inventários de produção			-
Subcontratos	23	(11 702)	(12 187)
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	24	(9 572)	(11 102)
Resultado operacional bruto		277 954	285 083
Fornecimentos e serviços externos	25	(65 214)	(68 350)
Valor acrescentado bruto		212 740	216 733
Gastos com o pessoal	26	(182 893)	(192 806)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9 e 11	(27 226)	(1 305)
Em investimentos financeiros			
Provisões (aumentos/reduções)		15 383	(6 709)
Imparidade de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			-
Aumentos/reduções de justo valor	6	2 237	(1 868)
Outros rendimentos e ganhos	27	32 426	31 413
Outros gastos e perdas	28	(18 893)	(16 015)
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		33 774	29 443
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	29	(23 967)	(31 218)
Perdas/reversões por Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis			
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		9 807	(1 775)
Juros e ganhos similares Obtidos	30	2 419	6 563
Juros e perdas similares suportados		(900)	(655)
Resultado antes de Impostos		11 326	4 132
Imposto sobre o rendimento do período	31		
Resultado líquido do período		11 326	4 132
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		11 326	4 132
Interesses minoritários			
Resultado por acção básico (Esc)	32	38	14


O Diretor Financeiro


 Celestino Moreira

O Conselho de Administração


 Isidoro Mendes Gomes
 /Presidente/


 Cipriano Semedo Soares de Carvalho
 /Administrador Executivo/


 Almiro Leônidas Almeida Rocha
 /Administrador Não Executivo/ 37



CORREIOS DE CABO VERDE, SARL

NIF: 200252208

Largo Pinheiro Chagas, 27 - Praia

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 1 DE JANEIRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detetores do capital						Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas Legais	Outras reservas	Ajustamentos em activos Financeiros	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2017	1	300 000	40 923	653 250	294 912	(532 339)	(12 350)	744 396
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	4 132	4 132
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	-	-	-	-	4 132	4 132
OUTRAS OPERAÇÕES								
Aplicação dos resultados do período anterior	13	-	-	-	18 186	(30 536)	12 350	-
Cobertura de prejuízos acumulados com Outras reservas	6 e 13	-	-	(562 875)	-	562 875	-	-
Outras ajustamentos (Aplicação MEP)	0, 6 e 13	-	-	-	(64 742)	-	-	(64 742)
	4	-	-	(562 875)	(46 556)	532 339	12 350	(64 742)
POSIÇÕES NO FIM DO PÉRIODO 2017 (Reexpresso)	1+2+3+4	300 000	40 923	90 376	248 356	-	4 132	683 787
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2018	1	300 000	40 923	90 376	248 356	-	4 132	683 787
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	11 326	11 326
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	-	-	-	-	11 326	11 326
OUTRAS OPERAÇÕES								
Aplicação dos resultados do período anterior	13	-	4 132	-	50 908	(50 908)	(4 132)	(0)
Outras ajustamentos (Aplicação MEP)	6 e 13	-	-	-	-	-	-	-
	4	-	4 132	-	50 908	(50 908)	(4 132)	(0)
POSIÇÕES NO FIM DO PÉRIODO 2018	1+2+3+4	300 000	45 054	90 376	299 264	(50 908)	11 326	695 112

O Diretor Financeiro

Celestino Moreira

O Conselho de Administração

Isidoro Mendes Gomes
PresidenteCipriano Semedo Soares de Carvalho
Administrador ExecutivoAlmiro Leônidas Almeida Rocha
Administrador Não Executivo



CORREIOS DE CABO VERDE, SARL

NIF: 200252208

Rua Cesário Lacerda 2 - Plateau

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018,
1 DE JANEIRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

RUBRICAS	PERÍODO	
	2018	2017
	Notas	Valores
Método Directo		
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	220 124	203 926
Pagamentos a fornecedores	(88 613)	(85 716)
Pagamentos ao pessoal	(157 190)	(158 874)
Caixa gerada pelas operações	(25 678)	(40 663)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos	4 077 134	5 566 032
Outros pagamentos	(4 080 433)	(5 563 310)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(28 977)	(37 942)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(80)	(18 132)
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis/Propriedades de investimentos	-	-
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento	-	1 653
Juros e rendimentos similares	1 658	6 022
Dividendos	22 223	17 194
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	23 801	6 738
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	388 628	251 260
Cobertura de prejuizos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(382 597)	(249 554)
Juros e gastos similares	(900)	(655)
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	5 131	30
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(45)	(31 174)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	175 038	205 189
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12 174 993	175 038

O Diretor Financeiro

Celestino Moreira

O Conselho de Administração

Isidoro Mendes Gomes
(Presidente)Cipriano Semedo Soares de Carvalho
(Administrador Executivo)Almiro Leônidas Almeida Rocha
(Administrador Não Executivo)



CORREIOS DE CABO VERDE, SARL

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**

(Todos os montantes estão expressos em milhares de Escudos - mESC)

INFORMAÇÃO GERAL

A sociedade anónima de capitais públicos, CORREIOS DE CABO VERDE, SARL (adiante designada por CORREIOS ou Sociedade), foi criada pelo Decreto-lei nº 9-A/95 de 16 de fevereiro, que determinou, enquadrado no Programa de Reestruturação do Setor Empresarial do Estado, a cisão da então Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações (CTT, EP) em duas sociedades distintas de acordo com as suas duas atividades principais: Correios, fundamento para constituição desta mesma sociedade, e Telecomunicações, atividade afeta à sociedade Cabo Verde Telecom, SARL.

O Estado Cabo-verdiano detém a totalidade do capital social da Sociedade.

Nos termos dos seus Estatutos, publicados em anexo ao Decreto-Lei acima referido, o objeto dos CORREIOS compreende a exploração do serviço público de correios no território nacional e dos serviços postais de Cabo Verde com o estrangeiro e ainda a execução de convenções, acordos e regulamentos internacionais conexos.

A atividade de correios abrange todo o território Cabo-verdiano, nas áreas de tráfego postal, correio acelerado e serviços financeiros postais. Os CORREIOS têm vindo progressivamente a desenvolver novos produtos no domínio dos serviços financeiros, nomeadamente (i) o pagamento a pensionistas das FAIMO, da Função Pública, da Vivo Energy Cabo Verde em S. Vicente e de alguns pensionistas da Caixa Nacional de Pensões de Portugal por conta da Caixa Geral de Depósitos, (ii) a prestação de serviços à Caixa Económica de Cabo Verde relativos a abertura de contas caderneta, depósitos, levantamentos, transferência de fundos, pagamentos de vencimentos e pensões e ainda a venda de impressos nos locais onde esta instituição financeira não dispõe de Delegação, (iii) a prestação de serviços à ELECTRA – Empresa de Eletricidade e Água, SA e GARANTIA – Companhia de Seguros de Cabo Verde, SARL relativos, respetivamente, a cobrança de faturas e venda de selos de seguros, (iv) a prestação de serviços ao Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária, relativos, essencialmente, a devolução das taxas de manutenção rodoviária, etc. Em 2000, a



Sociedade aderiu ao serviço de emissão de vales por via eletrônica, denominado Euro giro, entre Cabo Verde e Portugal e, em 2001, com Luxemburgo e Suíça, tendo sido posteriormente alargado a outros países.

Em 2006, a Sociedade aderiu ao serviço de transferência de dinheiro por via eletrônica, denominado por TMO – Tele Money Order, entre Cabo Verde e Portugal

Em 2010, a Sociedade aderiu aos serviços de transferências de dinheiro por via eletrônica, denominado por Money Express, Money Gram e Money Exchange, entre Cabo Verde e outros países.

Em 2013, a Sociedade passou a prestar serviços de transferência de dinheiro por via eletrônica, a nível nacional.

NOTA 0 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009. A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mESC).

No exercício de 2016 a participada Caixa Económica de Cabo Verde, na qual a Empresa exerce influência significativa, procedeu a correção retrospectiva das suas demonstrações financeiras, registando em Resultados transitados, negativos, o montante líquido de mESC 263 910. Na aplicação do método de equivalência patrimonial, os Correios apenas registaram essa variação ocorrida no capital próprio da Caixa no exercício de 2018, tendo reexpressado as suas demonstrações financeiras de 2017, como segue:

	2017 Reexpresso	2017 Apresentado
Participações financeiras (ver Nota 6)	627 926	692 668
Ajustamentos em ativos financeiros (ver Nota 13)	248 356	313 098

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, para divulgação em 20 de agosto de 2019.



NOTA 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.1 Ativos fixos tangíveis e depreciações

Com exceção das aquisições do ano de 1995 a 2018, mensuradas ao custo de aquisição, o qual inclui o valor de fatura do fornecedor acrescido de gastos de compra e instalação, os restantes bens que integram os ativos fixos tangíveis da Sociedade encontram-se registados pelo valor que lhes foi atribuído aquando da aquisição, com base nos registos contabilísticos da extinta Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações (CTT, EP).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o gasto do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas, sobre os valores de aquisição ou justo valor, conforme o caso, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As principais taxas utilizadas são as seguintes:

Edifícios e outras construções	4%
Equipamento básico	10% - 20%
Material de carga e transporte	12,5% - 16,66%
Equipamento administrativo	8,33% - 25%
Outros ativos fixos tangíveis	10% e 25%

Os ativos fixos tangíveis doados à Sociedade por terceiros são apresentados nas respetivas rubricas com contrapartida na rubrica Subsídios para investimentos (ver Nota 20), sendo depreciados na mesma base e às mesmas taxas que os restantes bens de natureza idêntica adquiridos pela Sociedade, sendo o respetivo gasto compensado em outros rendimentos e ganhos (ver Nota 27), pela redução, em igual montante, da rubrica Subsídios para Investimentos.



Os terrenos e ativo tangível em curso não são objetos de depreciação.

1.2 Propriedades de investimento e depreciações

Compreendem edifícios em arrendamento e encontram-se valorizados ao custo de aquisição. Por se considerar imaterial o efeito da avaliação não se procedeu à determinação do justo valor.

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. A taxa utilizada foi de 4%.

1.3 Ativos intangíveis e amortizações

Compreendem gastos com implementação do circuito ADSL e projetos de informatização dos balcões. São amortizados pelo método das quotas constantes, em base anual, em três e cinco anos, respetivamente.

1.4 Imparidade de ativos

Os ativos sujeitos a depreciação e amortização são revistos quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o valor realizável de um ativo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.5 Inventários e ajustamentos

As quantidades em armazém são apuradas no final de cada exercício económico através de inventariação física integral e exaustiva. Os critérios valorimétricos adotados resumem-se como segue:

- As mercadorias e matérias-primas e subsidiárias de consumo são mensuradas ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor, acrescido de gastos adicionais de compra.
- Os inventários de material filatélico, constituídos por selos emitidos nos anos de 1996 a 2018, encontram-se mensurados ao custo médio de aquisição desses anos, tendo



o custo médio de cada ano sido apurado pela totalidade das compras do ano, independentemente da espécie do selo.

O apuramento dos consumos é determinado segundo o método do custo médio.

As perdas de valor em inventários, apuradas por referência a critérios de avaliação técnico-comercial, são objeto de ajustamento por imparidade (ver Nota 8).

1.6 Investimentos financeiros

Referem-se a participações detidas nas entidades identificadas na Nota 6. Naquelas em que a Sociedade detém controlo ou exerce influência significativa, os investimentos encontram-se valorizados de acordo com o Método de Equivalência Patrimonial. Nas restantes manteve-se a valorização ao custo de aquisição, dado não serem títulos cotados e não ter sido determinado o justo valor. Havendo valor da cotação, este é utilizado para a valorização.

Os preceitos contabilísticos vigentes em Cabo Verde não contemplam a preparação e apresentação de contas consolidadas.

1.7 Contas a receber de Clientes e Outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor atual ou, caso aplicável, pelo valor descontado, calculado por referência à taxa de juro média dos financiamentos da Sociedade, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Notas 9 e 11).

Os riscos efetivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objeto de ajustamento por imparidade.

1.8 Caixa e Depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos bancários" inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço - Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos Obtidos.

1.9 Capital Próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

44



A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

As prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital Próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

1.10 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2014 a 2018 podem vir a ser corrigidos.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Havendo, os impostos diferidos são classificados como não corrente.

1.11 Provisão para riscos e encargos



São constituídas provisões no balanço sempre que a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos venha a ser exigido para liquidar a obrigação.

1.12 Reconhecimento do rédito

Os rendimentos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador. Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transação à data de balanço.

1.13 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade, no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelo acionista.

1.14 Gestão de riscos financeiros

A exposição da Sociedade a riscos financeiros não é significativa e inclui principalmente variações de taxas de juro.

Risco cambial

O risco cambial é reduzido, dado que (a) existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, predominantemente, efetuadas as transações com o estrangeiro e (b) as vendas são realizadas exclusivamente em Escudos.

Risco da taxa de juro

O empréstimo, contraído junto do BCA, vence juro à taxa fixa, pelo que este risco é reduzido dado não se perspectivar que as taxas de juros de mercado venham a baixar. Não existem "swaps" de taxas de juro.

Risco de crédito

Dado existir um número relativamente significativo de clientes e outros devedores e face à sua dispersão geográfica, não se considera existir concentração de risco de crédito.

Risco de liquidez

A Sociedade tem apresentado um rácio de liquidez positivo, pelo que esse risco é reduzido.



1.15 Créditos e débitos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos e contabilizados em Escudos ao câmbio oficial em vigor na data da transação. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como os potenciais apurados nos saldos existentes na data do Balanço, por referência às taxas de câmbio vigentes nessa data, são reconhecidas nos resultados.

1.16 Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados, são registados no balanço nas rubricas de outras contas a pagar e outras contas a receber.

1.17 Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação Cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas, encargo este que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica de Outras Contas a Pagar (ver Nota 19).

Os trabalhadores encontram-se integralmente abrangidos pelo esquema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social, não assumindo a Sociedade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.18 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer, de acordo com as circunstâncias atuais.

NOTA 2 - FLUXOS DE CAIXA

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os três meses. Adicionalmente, consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais a variação de justo valor não seja significativa.



Na Nota 12 é apresentada a conciliação do saldo de Caixa e depósitos bancários no Balanço e o saldo de Caixa e Equivalentes da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

NOTA 3 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2018 e 2017 nestas rubricas, decompõem-se como segue (em mESC):

	TERRENOS E RECURSOS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ACTIVOS FIXOS	TOTAL GERAL
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2017							
Valor de aquisição	14 963	505 021	6 647	47 579	196 034	5 751	775 994
Depreciação acumulada		(345 608)	(6 559)	(36 508)	(177 657)	(4 988)	(571 319)
Imparidade acumulada							
Valor escriturado	14 963	159 412	88	11 071	18 377	763	204 675
VARIAÇÕES EM 2017							
Valor líquido inicial	14 963	159 412	88	11 071	18 377	763	204 675
Depreciação do exercício		(17 057)	(15)	(2 916)	(5 718)	(363)	(26 068)
Imparidades do período							
Reverão de imparidades							
Valor líquido	14 963	142 356	73	8 156	13 030	400	178 977
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017							
Valor de aquisição	14 963	505 021	6 647	47 579	196 404	5 751	776 365
Depreciação acumulada		(362 665)	(6 574)	(39 424)	(183 374)	(5 351)	(597 388)
Imparidade acumulada							
Valor escriturado	14 963	142 356	73	8 156	13 030	400	178 977
Valor escriturado	14 963	142 356	73	8 156	13 030	400	178 978
VARIAÇÕES EM 2018							
Valor líquido inicial	14 963	142 356	73	8 156	13 030	400	178 978
Aquisições		0	58	1.435	527	0	2 020
Depreciação do exercício	-	(16 182)	(15)	(2 197)	(4 908)	(357)	(23 659)
Valor líquido	14 963	126 173	116	7 393	8 649	43	157 337
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018							
Valor de aquisição	14 963	505 021	6 705	49 014	196 931	5 751	778 384
Depreciação acumulada	-	(378 847)	(6 589)	(41 621)	(188 282)	(5 707)	(621 047)
Valor escriturado	14 963	126 173	116	7 393	8 649	43	157 337

As aquisições em Equipamento de transporte, em 2018, referem-se a uma viatura Renault Dokker.

NOTA 4 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Handwritten signatures and the number 48.



As propriedades de investimento dizem respeito aos edifícios em arrendamento. Encontram-se mensurados ao custo de aquisição e decompõem-se como segue (emmESC):

	2018			2017				
	<u>Custo Aquisição</u>	<u>Depreciações do exercício</u>	<u>Depreciações acumuladas</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Custo Aquisição</u>	<u>Depreciações do exercício</u>	<u>Depreciações acumuladas</u>	<u>Valor líquido</u>
Edifícios								
Rábil	2 433		2 433	-	2 433	-	2 433	
Palmarejo	3 500	168	2 655	845	3 500	168	2 487	1 013
ASA	4 200	140	3 147	1 053	4 200	140	3 007	1 193
	<u>10 133</u>	<u>308</u>	<u>8 235</u>	<u>1 898</u>	<u>10 133</u>	<u>308</u>	<u>7 927</u>	<u>2 206</u>

Devido ao facto de se considerar o seu efeito imaterial, não foi determinado o justo valor destes ativos.

NOTA 5 - ATIVOS INTANGÍVEIS

O saldo líquido de mESC 1 654 corresponde ao projeto Código de Identificação Postal – CPI, em curso à data de balanço.

NOTA 6 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Resume-se nos quadros seguintes as informações relativas às participações financeiras valorizadas segundo (i) o Método de Equivalência Patrimonial (MEP) e (ii) o custo de aquisição ou justo valor.

Participação valorizada segundo o MEP

O saldo refere-se à participação de 15% detida na Caixa Económica de Cabo Verde (CECV), com sede na Praia. A Sociedade exerce influência significativa nesta associada por via de participação no Conselho de Administração.

Os movimentos resumem-se como segue:



	<u>mESC</u>
Saldo em 31.12.2016	637 014
Dividendos recebidos em 2017	(12 223)
Outras variações no Capital próprio da CECV	(64 742)
Quota parte nos resultados de 2017 (ver Nota 22)	<u>67 878</u>
Saldo em 31.12.2017	627 926
Dividendos recebidos em 2018	(17 071)
Transferencia de MEP para Outros métodos	-
Quota parte nos resultados de 2018 (ver Nota 22)	<u>31 818</u>
Saldo em 31.12.2018	<u>642 674</u>

As outras variações no capital próprio da CECV, no valor de mESC 64 742, resultam do registo, em 2018, da variação ocorrida nas demonstrações financeiras daquela participada em 2016 (ver Nota 0).

Participações valorizadas ao custo de aquisição e ao justo valor (valor de cotação)

	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Justo valor em 31.12.18</u>	<u>Imparidades</u>	<u>Saldo em 31.12.18</u>	<u>Justo valor em 31.12.17</u>	<u>Saldo em 31.12.17</u>
Cabo Verde Telecom, Sarl	25 300	n/a	-	25 300	n/a	25 300
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde	9 000	n/a *	-	9 000	n/a	9 000
Novo Banco	11 515	n/a	(11 515)	-	n/a	-
Sociedade Caboverdiana de Tabacos	14 226	8 948	-	8 948	6 711	6 711
	<u>60 041</u>	<u>8 948</u>	<u>(11 515)</u>	<u>43 248</u>	<u>6 711</u>	<u>41 011</u>

n/a- não aplicável

Todas as participadas têm sede na Praia.

A participação na Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos encontra-se valorizada ao preço da cotação na Bolsa de Valores, o qual em 31 de dezembro de 2018 era de mESC 4 (2017: mESC 3), tendo originado ganho de (mESC 2 237, registados na rubrica de Aumentos/Reduções de justo valor (2018: ganhos de (mESC 2 237).

A participação de 7,35% detida no Novo Banco foi ajustada por imparidade em 2015, tendo o banco sido objeto de resolução em março 2017.

50



Os dividendos recebidos destas participadas em 2018 relativos ao exercício de 2017 e em 2017 relativos ao exercício de 2016 resumem-se como segue (ver Nota 27):

	mESC	
	2018	2017
Cabo Verde Telecom, SARL	-	1 248
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde	3 292	3 110
Sociedade Caboverdiana de Tabacos	1 860	1 860
	5 153	6 218

As informações financeiras das participadas resumem-se como segue (em mESC):

	Activo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	% de participação
Caixa Económica de Cabo Verde	72 659 840	68 414 967	4 244 874	473 861	15,14%
Cabo Verde Telecom, Sarl	13 616 893	6 985 388	6 631 505	181 489	0,70%
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde	3 006 794	1 795 958	1 210 835	145 855	5,00%
Sociedade Caboverdiana de Tabacos	1 025 842	67 053	936 325	258 637	0,90%

NOTA 7 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Compreendem depósitos a prazo no Banco Comercial do Atlântico sendo (i) mESC 4 000, não disponível para uso no curto prazo por se encontrar cativo a título de caução e de garantia a favor do Tribunal Judicial da Comarca São Vicente, para fazer face a um processo judicial levantada por um ex-funcionário dos CORREIOS (ver Nota 14) e (ii) mESC 32 000 (2015: mESC 22 000) penhorados a título de garantia bancária do empréstimo conta corrente caucionada (ver Nota 18).

NOTA 8 - INVENTÁRIOS



	mESC	
	2018	2017
Mercadorias		
Material postal	6 724	3 841
Material filatélico (valores postais)	3 029	3 366
Caixas de correio	1 269	1 269
Cupões de resposta	86	98
Perdas por imparidades acumuladas	<u>(530)</u>	<u>(530)</u>
	<u>10 577</u>	<u>8 043</u>
Materiais de consumo		
Materiais de consumo	5 657	5 889
Ajustamentos em Inventário-Armazem	(135)	(135)
Perdas por imparidades acumuladas	<u>(258)</u>	<u>(258)</u>
	<u>5 264</u>	<u>5 496</u>
	<u>15 840</u>	<u>13 539</u>

As perdas por imparidades acumuladas não tiveram qualquer movimento nos exercícios de 2018 e 2017. O saldo à data do balanço é considerado adequado para fazer face a perdas potenciais de valor nos inventários, calculadas com base em critérios de avaliação técnico-comercial.

NOTA 9 – CLIENTES

		mESC	
		2018	2017
Saldos devedores			
Direção Geral do Património	(i)	1 983	9 736
Electra	(ii)	6 841	8 105
CECV		3 165	4 219
Jornal A Semana	(iii)	2 694	2 694
Novo Banco		0	0
FAMR		0	900
Município dos Orgãos		582	582
BCA		1 112	2 092
Outros		20 137	17 047
		<u>36 514</u>	<u>45 375</u>
Perdas Por imparidade Acumulada	(iv)	8 761	4 353
		<u>27 752</u>	<u>41 022</u>
Saldos Credores			
Adiantamentos de clientes		<u>1 352</u>	<u>1 662</u>

**(i) Direção Geral do Património (DGP)**

Entre os Correios e o Ministério das Finanças existem vários contratos e protocolos que regulam os vários serviços prestados pelos Correios, como são os casos de (i) arrendamento de um espaço em Santa Maria, (ii) arrendamento de um espaço ao MTIE, (iii) prestação de serviços relativos às pensões sociais, às cobranças de impostos, ao envio de correspondências nacionais e para o estrangeiro e aos pagamentos de pensões das FAIMO.

O saldo em 31 de dezembro de 2018 resulta do valor de mESC 9 736 transitado de 2017, deduzido de recebimentos de mESC 7 754, ficando um saldo remanescente de mESC 1 983 pendentes de recebimento à data do Balanço.

(ii) Electra

O saldo corresponde às faturas de expedição de correspondência. O saldo em 31 de dezembro de 2018 resulta do saldo transitado de 2017 no valor de mESC 8 105, acrescido de faturação relativa ao ano de 2018 no montante de mESC 2 461 e deduzido dos pagamentos efetuados no montante de mESC 3 725. Decorrem negociações entre as duas partes para a regularização deste saldo, razão pela qual não o mesmo não foi ajustado por imparidade.

(iii) Jornal “A Semana”

O saldo desta rubrica representa o remanescente da dívida de serviços postais prestados ao Jornal A Semana, transitado de exercícios anteriores. Por se afigurar de cobrança duvidosa, o saldo encontra-se ajustado por imparidade.

(iv) Perdas por imparidade acumuladas

As perdas por imparidade foram em 2018 reforçadas em mESC 4.408. O saldo resultante é considerado adequado em 31 de dezembro de 2018 para fazer face aos riscos de cobrança identificados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial.

NOTA 10 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (SALDO DEVEDOR)

O saldo resulta (i) do valor de mESC 2 673 transitado de 2017, respeitante, essencialmente, à liquidação provisória e ao excesso de liquidação do imposto sobre lucros e (ii) do valor

53



de mESC 1 059 relativos às retenções na fonte de imposto sobre juros de depósitos a prazo em 2018, deduzido de (iii) mESC 1 308 referentes à tributação autónoma.

NOTA 11 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

		mESC	
		2018	2017
Corrente			
Money Gram	(I)	23 991	27 318
Money Express	(i)	22 817	22 817
Administrações Estrangeiras - serviços postais internacionais	(ii)	55 849	44 054
Disponibilidades nas Agências - Por regularizar	(iii)	22 894	20 933
Exactorias	(iv)	122	13 127
Produtos da CV Telecom à consignação	(v)	13 801	13 801
Electra - Prestação de serviços	(vi)	9 861	10 943
Garantia - Prestação de serviços	(vii)	635	2 491
Estado de Cabo Verde - Quotas UPU	(viii)	4 908	4 673
CECV - Prestação de serviços	(ix)	2 234	2 234
Juros de depósito a prazo	(x)	761	1 443
Rendas de espaços	(xi)	1 232	1 232
Money Exchange	(i)	1 714	2 609
Outros, inferiores a mESC 4 000		14 777	24 638
		175 596	192 315
Menos:			
Perdas por imparidade acumulada	(xii)	(49 411)	(26 594)
		126 185	165 721
Operações com vales	*(xiii)	12 115	8 092
Pessoal	(xiv)		
Empréstimo para aquisição de viaturas		1 660	1 660
Empréstimo concedidos no âmbito do fundo social		174	174
		1 834	1 834
		140 134	175 647

(i) Money Express/Money Gram/Money Exchange

Os saldos resultaram do serviço de transferências de dinheiro por via eletrónica, representando valores pagos em Cabo Verde pelos Correios de Cabo Verde. O saldo da Money Express foi, em 2018, ajustado por imparidade, dada a dificuldade na sua recuperação.

Pelos serviços prestados à Money Express, Money Exchange e Money Gram a Sociedade recebe uma comissão de 0,9%, 0,8% e 25%, respetivamente.



(ii) Administrações Estrangeiras

Os saldos decorrentes das relações da Sociedade com Administrações Estrangeiras - serviços postais internacionais são segregados e evidenciados separadamente segundo as suas naturezas devedora (ver acima) e credora (ver Nota 19).

O saldo devedor/credor representa valores relativos a encargos terminais, abonos de encomendas postais e serviços de "express mail" a receber/pagar de Administrações estrangeiras, reconhecidos, à data do balanço, como se segue:

	mESC			
	Valores ativos		Valores passivos	
	2018	2017	2018	2017
Administrações Estrangeiras - Serviços Postais				
Dados reais	23 205	24 587	59 835	45 840
Estimativas	32 644	19 466	14 650	23 576
	<u>55 849</u>	<u>44 054</u>	<u>74 486</u>	<u>69 416</u>

As transações com as Administrações Estrangeiras são contabilizadas às taxas de câmbio em vigor na data em que ocorrem, tendo os respetivos saldos sido atualizados para os câmbios vigentes à data de 31 de dezembro de 2018.

(iii) Disponibilidades nas Agências – Por regularizar

O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, mESC 20 933, transitados de exercícios anteriores. A diferenças encontradas nas disponibilidades de várias Agências e mESC 1 215 referentes ao valor do roubo ocorrido na Agência da Praia em 2017 foram totalmente ajustados por imparidade no próprio ano.

(iv) Exatorias

O saldo desta rubrica corresponde aos valores de disponibilidades em dezembro de 2018 de algumas estações não transferidos para a sede.

(v) Produtos da CV Telecom à consignação

São vários produtos colocados nas agências à consignação para venda nos balcões dos Correios. Saldo de igual montante é apresentado no passivo (ver Nota 19).

(vi) Electra - Prestação de Serviços

55



A Empresa recebe comissões da Electra, SA pela cobrança de faturas efetuadas nas Estações, equivalentes a (a) uma comissão variável de 5% sobre a cobrança efetuada, no caso da Estação de Santa Maria no Sal e (b) uma comissão de ESC 50 por cada fatura cobrada, no caso das restantes Estações.

O saldo em 31 de dezembro de 2018 resulta do valor transitado em 2017 (mESC 10 943), acrescido das cobranças efetuadas durante o ano 2018 no valor de mESC 19 960, deduzido da devolução no valor de mESC 18 878.

(vii) Garantia – Prestação de Serviços

O saldo desta rubrica corresponde a comissões a receber da Companhia de Seguros Garantia pela cobrança de faturas efetuadas nas estações, equivalentes a uma comissão fixa de mESC 6/mês por Estação e uma comissão variável de 10% sobre a cobrança efetuada.

(viii) Estado de Cabo Verde – Quotas UPU

O saldo desta rubrica corresponde, essencialmente, à parcela das quotas pagas à UPU – União Postal Universal, por conta do Estado de Cabo Verde, relativos aos anos de 2003 e 2004.

(ix) CECV - Prestação de Serviços

O saldo desta rubrica corresponde a comissões cobradas à Caixa Económica de Cabo Verde por serviços relacionados com as operações de depósito e levantamentos, equivalentes a uma comissão fixa de ESC*150 por cada operação. Em 2018 passaram a ser registados na rubrica de Clientes.

(x) Juros de depósito a prazo

O saldo desta rubrica corresponde à especialização dos juros de depósito a prazo (ver Nota 12).

(xi) Rendas de espaços

O saldo desta rubrica corresponde ao valor a receber referente às rendas de espaços a terceiros.

(xii) Perdas por imparidade acumuladas

No exercício de 2018 o saldo ascende a mESC 49 411 correspondente ao saldo do período transato (mESC 26 594) acrescido da imparidade de mESC 22 817 reconhecida em 2018 relativa à dívida da Money Express.

56



(xiii) Operações Com vales

	mESC			
	Valores activos		Valores passivos	
	2018	2017	2018	2017
Operações com vales nacionais/electrónicos	-	-	-	2 728
Administrações estrangeiras - conta vales				
Portugal	-	6 691	-	1 084
Itália	-	-	-	7 267
Senegal	-	-	4 482	4 482
Outros	12 115	1 401	11 156	2 805
	<u>12 115</u>	<u>8 092</u>	<u>15 637</u>	<u>15 637</u>
	<u>12 115</u>	<u>8 092</u>	<u>15 637</u>	<u>18 366</u>

NOTA 12 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

	mESC	
	2018	2017
Caixa		
Tesouraria da Praia	<u>101</u>	<u>74</u>
Depósitos a ordem		
Banco Comercial do Atlântico	* 47 993	20.804
Deutsche Postbank	-	4 532
Caixa Económica de Cabo Verde	8 460	12 602
Novo Banco - Portugal	108	120
Banco Interatlântico	544	1 060
Banco Caboverdeano de Negócios	81	504
Banco Angolano de Investimentos	46	605
Conta Agências - Fundo CECV	9 494	5 759
	<u>66 727</u>	<u>45 986</u>
Depósitos a prazo		
Banco Comercial do Atlântico	4 000	4 000
Caixa Económica de Cabo Verde	71 728	90 000
	<u>75 728</u>	<u>94 000</u>
	<u>142 555</u>	<u>140 060</u>

57



O depósito à ordem no Banco Comercial do Atlântico no valor de mESC 47 993 (2017: mESC 20 804) corresponde aos fundos de maneiio adiantados às estações e receitas geradas por estas, os quais foram transferidos para a Sede em janeiro de 2018.

A diferença de mESC 32 437 entre o saldo de Caixa e depósitos bancários (mESC 142 555) e o saldo de Caixa e Equivalentes da Demonstração dos Fluxos de Caixa (mESC 174 993) resume-se como se segue:

	mESC	
	2018	2017
Saldo de Caixa e depósitos bancários	142 555	140 060
Descoberto bancário (ver Nota 18)	(3 563)	(1 022)
Depósito a prazo cativos (ver Nota 7)	36 000	36 000
Saldo de Caixa e equivalentes	174 993	175 038

Os depósitos a prazo venceram juros à taxa anual que variam entre 2,75% e 5,25%.

A rubrica conta agências - fundo CECV representa o saldo disponível nas agências referente a fundos recebidos da CECV (ver Nota 19 (iv)).

A rubrica outros recebimentos, constantes da Demonstração do Fluxo de Caixa, compreende, essencialmente, recebimentos provenientes (i) da Direção Geral do Tesouro para fazer face aos pagamentos dos pensionistas das FAIMO (mESC 1 290 415), (ii) das emissões e prémios de emissão da Money Gram (mESC 803 e mESC 50 542, respetivamente), (iii) receitas cobradas nas agências (exatorias) (3782), (iv) das emissões da Money Exchange (mESC 38 232), (v) de despachos Alfandegários por conta da Direção Geral da Alfândega (mESC 56 678); (v) das cobranças dos documentos únicos de cobrança (DUC) por conta das Finanças (ESC 32 492) e (vii) vales eletrônicos (mESC 23 750).

A rubrica outros pagamentos, compreende, essencialmente pagamentos relacionados com (i) a Money Gram (mESC 2 478 534), (ii) pensionistas das FAIMO (mESC 1 272 510, (iii) serviços prestados nas agências (exatorias) (mESC 3782), (iv) emissões de Moneyexchange (mESC 37 246, (v) despachos alfandegários (mESC 56 678), (vi) emissões da Eurogiro (mESC 5 110, (vii) DUC's cobrados (mESC 32 492) e (vii) vales eletrônicos (mESC 27 605).



Os movimentos registados em 2018 e em 2017 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

O capital social da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 e 2017, integralmente realizado, ascende a mESC 300 000 e é detido pelo Estado de Cabo Verde.

A aplicação de resultados do exercício de 2017 foi como segue:

Reservas	4 132
Ajustamentos em ativos financeiros	50 908
Resultados transitados (negativos)	50 908

De acordo com a legislação vigente, a Reserva legal é dotada com um mínimo de 5% dos lucros líquidos anuais até atingir um montante equivalente a, pelo menos, 20% do capital social, não sendo livre para distribuição em dinheiro, mas podendo ser utilizada para aumentar Capital ou cobrir prejuízos, depois de esgotadas as restantes Reservas.

O saldo de outras reservas compreende o seguinte:

	mESC	
	2018	2017
Reservas para fins sociais	20 365	20 365
Reserva para investimentos	12 615	12 615
Resultado cisão c/CTT	54 143	54 143
Reservas Livres	3 253	3 253
	<u>90 376</u>	<u>90 376</u>

As Reservas para fins sociais destinam-se exclusivamente à prestação de benefícios sociais de utilização coletiva ou de serviços coletivos aos trabalhadores, bem como para a bonificação de empréstimos para aquisição, construção, reparação, beneficiação ou ampliação de habitação própria permanente, em condições a definir pelo Governo. A dotação anual que lhe for destinada não poderá exceder 10% do resultado líquido do exercício respetivo.

59



Constituem a Reserva para investimentos (i) a parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada e (ii) as verbas provenientes de dotações e doações com essa finalidade expressa, de que a Sociedade seja beneficiária.

As Reservas livres constituem a parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada, não sendo impostas por lei ou pelos Estatutos, nem constituídas de acordo com contratos firmados pela Sociedade. Podem ser aplicadas para cobertura de prejuízos, para aumento de capital, ou para distribuição aos sócios.

O saldo de Reservas resultante da cisão compreende, para além do montante de mESC 336 483 atribuídos pelo Estado de Cabo Verde a título de compensação resultante do processo de cisão da Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações (CTT, EP) (ver Nota 19), diversos valores resultantes de regularizações efetuadas aquando da referida cisão e posteriormente respeitantes a saldos devedores e credores que transitaram do Balanço da cisão. Este valor não se encontra disponível para distribuição, podendo, no entanto, ser utilizado para aumento de capital ou cobertura de prejuízos.

Em 2017 foi aprovada a deliberação sobre a proposta de cobertura de prejuízos acumulados, registados em Resultados transitados no montante de mESC 562 875, através de incorporação de outras reservas.

O saldo de ajustamentos em Ativos financeiros compreende:

	<u>mESC</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	294 912
Lucros não atribuídos referentes ao exercício de 2016	18 186
Outras variações no capital próprio da CECV (ver Nota 6)	<u>(64 742)</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	248 356
Aplicação do resultado do exercício de 2017	<u>50 908</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	<u>299 264</u>

A rubrica de Ajustamentos em ativos financeiros regista os valores resultantes da adoção do Método de Equivalência Patrimonial (MEP) na mensuração das participações financeiras e outras variações registadas no capital próprio destas, não respeitantes a resultados, sendo anualmente creditada pela diferença entre os lucros imputáveis às participações e os dividendos que lhe forem atribuídos. Até que as participações sejam alienadas o saldo apresentado nesta rubrica não estará disponível para distribuição.



NOTA 14 – PROVISÕES

	mESC	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Corrente		
Reestruturação do pessoal - Reforma antecipada	<u>11 159</u>	<u>16 911</u>
Não Corrente		
Reestruturação do pessoal - Reforma antecipada	17 256	26 887
Outros riscos e encargos	<u>9 247</u>	<u>9 247</u>
	<u>26 503</u>	<u>36 134</u>
	<u>37 662</u>	<u>53 045</u>

A provisão para reestruturação do pessoal representa o valor descontado dos encargos totais com a reforma antecipada acordada com 18 trabalhadores em 2014, 4 em 2015, 1 em 2016, 7 em 2017, nos valores de mESC 51 664, mESC 13 616, mESC 5 934 e mESC 20 798, respetivamente. A taxa de desconto utilizada foi de 5,74%, correspondente à taxa média ponderada das obrigações do Tesouro.

Os pagamentos futuros, incluindo os descontos anuais, são representados da seguinte forma:

<u>Ano</u>	<u>Valor a pagar</u>	<u>Desconto</u>	<u>Valor descontado</u>
2019	12 512	1 353	11 159
2020	7 354	1 022	6 332
2021 e seguintes	<u>7 549</u>	<u>1 453</u>	<u>2 714</u>
	<u>27 415</u>	<u>3 828</u>	<u>23 587</u>

A provisão para outros riscos e encargos representa a melhor estimativa possível (baseada em informações dos serviços jurídicos) dos encargos em que a Sociedade poderá eventualmente vir a incorrer a respeito de litígios, de foro laboral, em que é parte interveniente, em curso de tramitação à data do balanço.

Os movimentos verificados na provisão para riscos e encargos são os seguintes (mESC):

61



	mESC	
	2018	2017
Saldo em 1 de Janeiro	43 798	46 336
Aumento		
Reestruturação do pessoal (ver acima)	1 664	20 529
Redução		
Reestruturação do pessoal (ver acima)	(17 047)	(23 066)
Saldo em 31 de Dezembro	28 415	43 798

Em 2018 registou-se apenas o efeito anual de desconto no montante de mESC 1 664.

Em 2017 o aumento de mESC 20 529 compreendia (i) mESC 18 758 referentes à provisão para a reforma negociada com 7 trabalhadores em 2017 e (ii) mESC 1 771 referentes ao efeito anual do desconto.

A redução de mESC 17 047 (2017: mESC 23 067) compreende os pagamentos de pré-reforma efetuados no presente exercício.

NOTA 15 – FORNECEDORES

	mESC	
	2018	2017
Saldos credores		
Electra (i)	10 492	10 531
CV Telecom	1 003	2 283
Jornal A Semana	2 265	2 265
ASA-Praia	1 508	1 508
SILMAC	562	791
MGO Consulting	35	35
Outros	10 345	7 417
	<u>26 175</u>	<u>24 795</u>
Saldos devedores		
Adiantamentos a fornecedores	<u>78</u>	<u>1 993</u>

62



O saldo a pagar à Electra resulta do fornecimento de energia e água. Inclui mESC 10 531 transitados de 2017, acrescidos do valor das faturas de fornecimentos referentes a 2018, no montante de mESC 9 154, deduzidos de pagamentos de mESC 9 192.

NOTA 16 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (CREDOR)

O saldo credor desta rubrica decompõe-se como segue:

		mESC	
		2018	2017
Retenção de impostos sobre rendimentos	(i)	1 384	1 245
Contribuições para a Previdência Social	(i)	5 900	5 804
Tributação autónoma		1 308	1 308
Imposto sobre o Valor Acrescentado		621	621
Outros		485	487
		9 699	9 465

(i) Imposto único sobre rendimentos/Contribuições para a Previdência Social

Correspondem, essencialmente, aos processamentos das (a) retenções efetuadas no processamento de remunerações do pessoal e (b) contribuições da Sociedade para a previdência social para entrega ao Estado, referentes ao mês de dezembro.

NOTA 17 – ACIONISTAS

O saldo desta rubrica, transitado do exercício anterior, representa os dividendos referentes ao exercício de 2001 atribuídos ao Estado de Cabo Verde e ainda não liquidados.

NOTA 18 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O saldo desta rubrica corresponde à parcela utilizada de um empréstimo sob a forma de conta corrente caucionada, contratado com o Banco Comercial do Atlântico até ao montante máximo de mESC 32 000 em outubro de 2016, por um período de 6 meses, renovável.

Vence juros à taxa anual de 7% e encontra-se garantido por um penhor sobre o depósito a prazo no montante de mESC 32 000 (ver Nota 7).

63



NOTA 19 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

		mESC	
		2018	2017
Direcção Geral do Tesouro	(i)	124 954	107 079
Estado - Indemnização de Cisão	(ii)	78 935	78 935
Cabo Verde Telecom	(iii)	8 513	72 360
Administrações estrangeiras - serviços postais internacionais (ver Nota 11 (ii))		74.486	69 416
Fundos CECV	(iv)	19 494	15 759
Encargos com férias e subsídio de férias e pre-Reformados a pagar no ano seguinte e s (ver Nota 26)		25 666	26 071
Money Gram	(v)	19 296	19 296
Produtos da CV Telecom à consignação	(vi)	13 801	13 801
Ministério das Finanças	(i)	6 414	6 447
Credores por pagamentos diferidos	(vii)	1 664	3 022
Caixa Nacional de Pensões de Portugal		292	292
TACV		1 739	2 064
Outros, inferiores a mESC 4 000		7 205	18 617
		<u>382 460</u>	<u>433 159</u>
Operações com vales (Nota 11 (xiii))		<u>15 637</u>	<u>18 366</u>
		<u>398 098</u>	<u>451 525</u>

(i) Direcção Geral do Tesouro (DGT) / Ministério das Finanças

Representam os adiantamentos efetuados à Sociedade pela DGT e Ministério das Finanças para pagamento aos pensionistas das* FAIMO e da Função Pública, deduzidos dos pagamentos entretanto efetuados até à data do balanço.

(ii) Estado de Cabo Verde

Nos termos do Protocolo Nº 1/96, de 29 de novembro, o Estado de Cabo Verde assumiu-se como devedor dos CORREIOS pelo montante de mESC 336 483, a título de compensação pela previsível insuficiência de resultados operacionais no âmbito do processo de cisão da Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações (CTT, EP). Este valor foi calculado tendo por referência a insuficiência de resultados operacionais dos CORREIOS para o período de 1996 a 2000.

Em resultado de recebimentos e encontros de contas, entretanto efetuados com o Estado de Cabo Verde ao longo dos anos, a conta apresentava em 2006 um saldo devedor de mESC 14 538. Tendo o Estado de Cabo Verde feito, em 2007, um pagamento no valor de mESC 93 473, esta rubrica passou a apresentar um saldo credor de mESC 78 935. Devido a



não estarem definidas as condições de reembolso deste valor não se procedeu ao cálculo do seu valor descontado.

(iii) Cabo Verde Telecom (CVT)

O saldo desta rubrica corresponde ao valor das cobranças de faturas por conta da CVT. O saldo resulta de mESC 72 360 transitados do exercício anterior, acrescido de cobranças efetuadas em 2018 no montante de mESC 131 496, deduzidos de entregas à CVT de mESC 195 343, líquido de comissão de 4.5% sobre cobranças a que a Sociedade tem direito.

Nos termos do Acordo de prestação de serviços assinado entre as partes em janeiro de 2014, as cobranças mensais efetuadas nas Estações devem ser depositadas na conta bancária da CVT até ao dia 15 do mês seguinte.

(iv) Fundos CECV

Compreendem fundos da Caixa Económica de Cabo Verde nas agências dos Correios de Cabo Verde (ver Nota 12).

(v) Money Gram

Representa (i) o bónus da renovação do contrato no valor de 25 000 Euros e (ii) os adiantamentos anuais no valor de 50 000 Euros atribuídos em 2013, 2015 e 2016, para fazer face aos pagamentos das transações.

(vi) Produtos da CV Telecom à consignação

São vários produtos colocados nas agências à consignação para venda nos balcões dos Correios. Saldo de igual montante é apresentado no passivo (ver Nota 11).

(vii) Credores por pagamentos diferidos

O saldo desta rubrica compreende encargos referentes ao exercício a liquidar no exercício seguinte, relacionados serviços de auditoria e de fiscalização, no valor de mESC 1 664 (2017: mESC 1 592). Em 2017, compreendia ainda transporte de malas pelos TACV, no montante de mESC 1 430.

NOTA 20 – DIFERIMENTOS PASSIVOS

O saldo resume-se como segue:



	mESC	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Subsídios para investimentos (Doações)	7 334	9 815
Aluguer de caixas apartados a reconhecer no exercício seguinte	<u>167</u>	<u>1 642</u>
	<u>7 501</u>	<u>11 457</u>

Os subsídios para investimentos representam a contrapartida do custo dos ativos doados à Sociedade pela UPU Internacional, em anos anteriores, no âmbito do Fundo de Melhoria Qualidade de Serviços. As depreciações do exercício dos bens doados encontram-se compensadas em Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 27).



NOTA 21 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇO

	mESC	
	2018	2017
Vendas		
Embalagens	5 777	5 696
Produtos filatélicos	1 066	1 300
Cartões postais	163	302
Outros	595	784
	<u>7 600</u>	<u>8 082</u>
Prestação de serviços		
Prémios e quota parte	43 040	39 617
Receitas e encomendas postais	47 642	39 071
Express mail / E.M.S.	25 120	24 295
Direitos terminais	44 997	23 101
Serviços prestados à FAIMO	20 826	20 391
Selos e outros valores postais	12 214	14 655
Avenças cobradas	16 816	13 569
Vinhetas de encomendas	11 833	11 553
Serviços prestados à CECV	9 723	10 149
Comissão Novo Banco	-	812
Comissões sobre cobranças de faturas	5 647	6 939
Receitas de caixas de apartado	8 621	8 098
Serviços prestados à FAMR	-	2 100
Serviços prestados à Direcção Geral das Alfândegas	3 668	3 409
Serviços de telecomunicações	1 347	2 016
Serviços TMO/EUROGIRO	216	2 686
Prémios de vales	2 060	2 148
Serviços prestados à Garantia	2 272	3 015
Comissões sobre venda de produtos da CVT	867	1 562
Outros	2 903	3 227
	<u>259 810</u>	<u>232 413</u>
	<u>267 411</u>	<u>240 495</u>

O aumento do saldo de Direitos terminais face ao ano passado deve-se, essencialmente, ao aumento do volume do tráfego postal, com especial destaque para as compras online.

NOTA 22 – GANHOS/PERDAS IMPUTADAS DE SUBSIDIARIAS

O saldo desta rubrica corresponde à quota-parte no resultado líquido da associada Caixa Económica de Cabo Verde.



Os dividendos recebidos da Caixa Económica de Cabo Verde em 2018 ascenderam a mESC 17 071 (ver Nota 6).

NOTA 23 - SUBCONTRATOS

Os subcontratos compreendem os seguintes serviços prestados à Sociedade:

	mESC	
	2018	2017
Serviços postais	10 222	8 201
Serviços de telecomunicações	740	913
Serviço Eurogiro	662	2 646
Serviço vales	79	426
	<u>11 702</u>	<u>12 187</u>

NOTA 24 – GASTO COM MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O saldo desta rubrica foi apurado como segue:

	mESC	
	2018	2017
Inventário inicial (ver Nota 9)	13 628	20 028
Compras	11 920	4 750
Regularizações inventários	(135)	(135)
Inventário final (ver Nota 8)	<u>(15 840)</u>	<u>(13 539)</u>
	<u>9 572</u>	<u>11 102</u>

Estes gastos correspondem, essencialmente, às de embalagens, envelopes, selos e produtos filatéticos.

NOTA 25 – FORNECIMENTOS SERVIÇO EXTERNOS

Esta rubrica é composta como segue:



	mESC	
	2018	2017
Transporte de malas	17 862	17 571
Electricidade	5 750	6 459
Vigilância e segurança	(i) 7 494	8 022
Comunicação	(ii) 4 202	4 392
Publicidade e propaganda	141	250
Serviços diversos	3 520	3 713
Deslocações e estadias	1 024	1 821
Trabalhos especializados	10 865	10 973
Combustíveis	2 356	2 240
Conservação e reparação	2 527	3 014
Água	1 674	1 646
Honorários	774	1 116
Rendas e alugueres	509	721
Outros (inferiores a mESC 2 500)	6 515	6 413
	<u>65 214</u>	<u>68 350</u>

(i) Vigilância e segurança

Incluem, essencialmente, gastos com a empresa Silmac (cerca de mESC 7 376).

(ii) Comunicação

Inclui, essencialmente, gastos com telefone e internet dos serviços centrais e agências.

NOTA 26 – GASTOS COM PESSOAL

	mESC	
	2018	2017
Ordenados e salários	130 591	131 840
Remunerações adicionais	27 204	28 531
Encargos sobre remunerações	23 217	26 735
Outras despesas com o pessoal	1 881	5 700
	<u>182 893</u>	<u>192 806</u>
Número médio de empregados	<u>164</u>	<u>164</u>

Os encargos com férias, subsídio de férias e respetivos encargos com a previdência social, nos montantes de mESC 11 886 (2017: mESC 10 268), mESC 11.082(2017: mESC 11 100) e mESC 3.445 (2017: mESC 3 205), respeitantes ao exercício de 2018 a pagar em 2019 (ver Nota 19) integram as rubricas de Ordenados e salários, Remunerações adicionais e Encargos sobre



remunerações, respetivamente. A rubrica de Remunerações adicionais inclui ainda o montante de mESC 6 081 (2017: mESC 6 413), referente ao prémio de produtividade.

A diminuição registada com a rubrica Gastos deve-se à diminuição dos encargos com o Conselho de Administração e Outras despesas com o pessoal.

NOTA 27 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

	mESC	
	2018	2017
Rendas de propriedades de investimentos	20 997	20 273
Dividendos referentes a participações financeiras (ver Nota 6)	5 153	6 218
Diferenças de câmbios favoráveis	2 961	2 173
Compensação de amortizações dos bens do ativo tangível e ativo intangível doados à Sociedade (ver Notas 1.1 e 20)	-	-
Ganhos com alienação de activos financeiros (ver Nota 6)	2 481	2 519
Outros ganhos	-	-
	<u>835</u>	<u>229</u>
	<u>32 426</u>	<u>31 413</u>

NOTA 28 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Discriminam-se como segue:

	mESC	
	2018	2017
Impostos directos e indirectos	5 383	5 386
Tributação autónoma	1 308	1 308
Quotizações obrigatórias	4 284	3 372
Regularização do activo intangível	-	-
Outros	7 918	5 949
	<u>18 893</u>	<u>16 015</u>

As quotizações compreendem, essencialmente, quotas anuais devidas à (i) AICEP – Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa (mESC 1 103) e (ii) UPU – União Postal Universal (mESC 3 181).

70



NOTA 29 – GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÕES

O saldo de mESC 23 967 (2017: mESC 31 218) compreende mESC 23 659 (2017: mESC 26 068) de depreciação do exercício de ativos fixos tangíveis (ver Nota 3) e mESC 308 (2017: mESC 308) de depreciação de propriedades de investimentos. Em 2017 incluída ainda amortização de ativos intangíveis no valor de mESC 4 842.

NOTA 30 – JUROS E GANHOS SIMILARES OBTIDO

O saldo representa juros de depósitos a prazo (ver Nota 12).

NOTA 31 – IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO

A conciliação do resultado contabilístico e do resultado fiscal resume-se como segue:

	mESC			
	2018	2017	2016	2015
Resultado antes de impostos	51.251	4.132	(12 350)	(34 188)
A (deduzir)/ adicionar				
Provisões para além do limite legalmente aceite / já tributada	1 664	20 529	8 044	1 140
Dividendos recebidos - participações não valorizadas ao MEP	(5 153)	(6 218)	(5 522)	(5 837)
Tributação autónoma	1.308	1.308	1.643	1.480
Acrescimo de 30% do total de gastos com viaturas ligeira	1 962	1 962	-	-
Aumento (diminuição) de justo valor em participações financeiras	(2 237)	1 868	(1 868)	-
Imposto Único sobre o património	1.076	461	-	-
Reversão de provisões tributadas	(17 047)	(13 819)	(16 177)	-
Gastos (rendimentos) da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	(71 743)	(67 878)	(30 410)	(63 805)
Resultado fiscal	(38 919)	(57 656)	(56 640)	(101 210)

Os efeitos resultantes da adoção do Método de Equivalência Patrimonial e do Justo valor na mensuração das participações financeiras, bem como os dividendos recebidos das participações valorizadas ao custo de aquisição e os ganhos com a alienação de participação não têm relevância fiscal.

As reversões de provisões tributadas incluem mESC 15 383 relacionados com pagamentos efetuados aos empregados no âmbito de programa de reforma antecipada (ver Nota 14).



Apesar do resultado fiscal negativo, não foram contabilizados os respetivos Impostos diferidos no montante de cerca de mESC 57 000 (2017: cerca de mESC 55 000) devido à imprevisibilidade da sua recuperação, na medida em que uma parte significativa dos rendimentos da Sociedade não é sujeita a tributação.

NOTA 32 – RESULTADO POR ACÇÃO BÁSICO

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número de ações, como segue.



	mESC	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado atribuível aos accionistas (mESC)	11 326	4 132
Número de acções	<u>300 000</u>	<u>300 000</u>
Resultado por acção básico (ESC)	<u>38</u>	<u>14</u>

NOTA 33 – GARANTIA

As Garantias prestadas pela Sociedade relacionam-se com financiamentos obtidos e encontram-se descritas na Nota 18.

NOTA 34 – PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações ocorridas em 2018 e 2017 entre a Sociedade e partes relacionadas sumarizam-se nos quadros seguintes (em mESC):



	2018			Demonstração de resultados	
	Balança		Outras Contas a pagar (ver Nota 19)	Prestação de serviços (Gastos) / Rendimentos	Forn. e serv. externos (4 174)
	Outras Contas a receber (Ver Nota 11)	Clientes (ver Nota 9)			
Direcção Geral do Tesouro	2.526	9 364	210 093	25 125	-
Cabo Verde Telecom	801	238	9 516	6 513	(4 174)
Caixa Económica de Cabo Verde	2.234	3.165	19 494	9 723	-
Garantia	635	-	-	2 272	-
	<u>6 196</u>	<u>12 767</u>	<u>239 103</u>	<u>43 634</u>	<u>(4 174)</u>

	2017			Demonstração de resultados	
	Balança		Outras Contas a pagar (ver Nota 19)	Prestação de serviços (Gastos) / Rendimentos	Forn. e serv. externos (4 853)
	Outras Contas a receber (Ver Nota 11)	Clientes (ver Nota 9)			
Direcção Geral do Tesouro	2 526	16 397	192 542	26 218	-
Cabo Verde Telecom	4.652	474	74 643	8 501	(4 853)
Caixa Económica de Cabo Verde	2.234	4.219	15 759	10 149	-
Garantia	2 491	-	-	3 015	-
	<u>11 904</u>	<u>21 090</u>	<u>282 944</u>	<u>47 884</u>	<u>(4 853)</u>

Não existem transações com os Administradores.

As remunerações dos Administradores incluídas na rubrica de Gastos com o pessoal ascendem a mESC 5 998 (2017: mESC 6 817).

NOTA 35 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE APLICAÇÃO DO REGIME DE ACRÉSCIMO

	mESC	
	2018	2017
Acréscimos de gastos		
Acréscimos por férias (ver Nota 19)	25 666	26 071
Credores por pagamentos diferidos (ver Nota 19 (vii))	1 664	3 022
Outros credores por pagamentos diferidos (ver Nota 11 (ii))	14 650	23 576
	<u>41 980</u>	<u>52 669</u>
Acréscimos de rendimentos		
Outros credores por pagamentos diferidos (ver Nota 11 (ii))	32 644	19 466
Juros de depósitos a prazo (ver Nota 11 (x))	761	1 443
Rendas de espaços (ver Nota 11 (xi))	1 232	1 232
	<u>34 637</u>	<u>22 141</u>
Diferimentos de rendimentos		
Subsídios para investimentos (ver Nota 20)	7 334	9 815
Aluguer de caixas apartados (ver Nota 20)	167	1 642
	<u>7 501</u>	<u>11 457</u>
Diferimentos de gastos		
Seguros e outros	302	402

NOTA 36 - CONTINGÊNCIAS

73



Além das referidas nas Notas anteriores, não são do conhecimento da Sociedade outras situações que possam gerar custos futuros e que como tal devessem ser provisionados ou relatadas.

NOTA 37 - RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Não existem responsabilidades e compromissos de valor significativo não incluídos no balanço.

NOTA 38 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não existem divulgações exigidas por diplomas legais a divulgar.

NOTA 39 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a data do fecho de contas até esta data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as demonstrações financeiras apresentadas.

O Conselho de Administração,

Eng. Isidoro Gomes – Presidente do Conselho de Administração

Dr. Cipriano Carvalho – Administrador Executivo

Eng. Almiro Rocha – Administrador Não-Executivo

Relatório do Auditor Independente

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas dos Correios de Cabo Verde, SARL (a Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na alínea a) e exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na alínea b) apresentadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira dos Correios de Cabo Verde, SARL, em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

Bases para a opinião com reservas

- a) O Relatório do Auditor Independente por nós emitido em 2 de julho de 2018, referente ao exercício de 2017, referia que o ativo líquido e o resultado líquido encontravam-se sobreavaliados em cerca de milhares de Escudos (mESC) 40 100, correspondentes a dívidas de clientes e outros devedores que, pela antiguidade e dificuldades identificadas na cobrança, deveriam, numa perspetiva de prudência, ter sido objeto de ajustamento. Em 2018, a Empresa reconheceu perdas por imparidade relativas àquelas dívidas no montante de cerca de mESC 27 200. Nas circunstâncias, o ativo líquido encontra-se sobreavaliado em cerca de mESC 12 900 e o resultado líquido do período e os resultados transitados negativos encontram-se subavaliados, respetivamente, em cerca de mESC 27 200 e mESC 40 100.
- b) As rubricas de outras contas a receber e de outras contas a pagar incluem saldos de cerca de mESC 44 000 e mESC 273 000 (2017: mESC 66 000 e mESC 220 500), respetivamente, em relação aos quais não obtivemos respostas aos pedidos de confirmação enviados ou informações suficientes que nos permitissem efetuar a sua validação. Nas circunstâncias, não estamos em condições de concluir sobre a razoabilidade dos saldos acima referidos em 31 de dezembro de 2018, nem sobre o efeito que eventuais regularizações poderiam originar nas demonstrações financeiras do exercício.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – sucursal em Cabo Verde
Edifício BAI Center, Piso 2 Dto, Avenida Cidade de Lisboa, C.P. 303 Cidade da Praia, República de Cabo Verde
Tel +238 261 5934/5, Fax +238 261 6028, www.pwc.com/cv
Matriculada na CRPCA sob o nº 893, NIF: CV 200 119 036

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069 - 316 Lisboa, Portugal Capital Social Euros 314 000
Inscrita na lista das S.R.O.C. sob o nº 183 e na C.M.V.M. sob o nº 20161485

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do código de ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia

2

de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

2 de setembro de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Carlos Manuel Sim Sim Maia

Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhor Acionista,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração dos Correios de Cabo Verde, SARL, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos o respetivo Relatório do Auditor Independente, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa e as correspondentes notas anexas, exceto nos aspetos mencionados no Relatório do Auditor Independente, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados, exceto nos aspetos mencionados no Relatório do Auditor Independente;
- iii) o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes do Relatório do Auditor Independente, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. - sucursal Cabo Verde
Edifício BAI Center, Piso 2 Dto, Avenida Cidade de Lisboa, CP. 303 Cidade da Praia, República de Cabo Verde
Tel +238 261 5934/5, Fax +238 261 6028, www.pwc.com/cv
Matriculada na CRPCA de Cabo Verde sob o nº 893, NIF: CV 200 119 036*

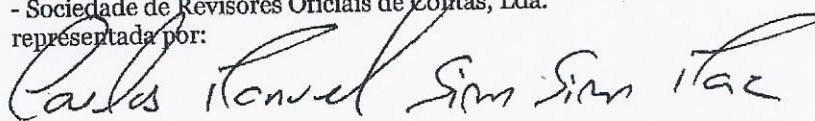
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, n.º 1 - 3.º, 1069-316 Lisboa, Portugal Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista dos S.R.O.C. sob o nº 183 e na C. M. V. M. sob o nº 20161485

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

2 de setembro de 2019

O Fiscal Único

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia